



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(MESTRADO) – UEPB/UFCG**

**A INDUSTRIALIZAÇÃO INCENTIVADA DO NORDESTE
E O CASO DE CAMPINA GRANDE – PB**

LEONARDO DA SILVA ALVES

CAMPINA GRANDE – PB

2012

LEONARDO DA SILVA ALVES

**A INDUSTRIALIZAÇÃO INCENTIVADA DO NORDESTE
E O CASO DE CAMPINA GRANDE – PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB), como requisito à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Hermes Magalhães Tavares.

Coorientador: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa.

CAMPINA GRANDE - PB

2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

A474i Alves, Leonardo da Silva.
A industrialização incentivada do Nordeste e o caso de
Campina Grande-PB / Leonardo da Silva Alves. – 2012.
95 f. : il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional).
Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. Hermes Magalhães Tavares,
IPPUR/UFRJ.”
“Orientação: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa, DECOM.”

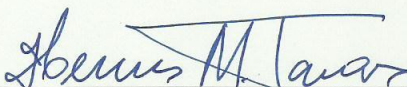
1. Desigualdades regionais. 2. Sudene. 3.
Industrialização.. I. Título.
21. ed. CDD 338.9

LEONARDO DA SILVA ALVES

A INDUSTRIALIZAÇÃO INCENTIVADA DO NORDESTE E O CASO DE
CAMPINA GRANDE

Dissertação apresentada em 06/08/2012

Banca Examinadora



Prof. Dr. Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ)
(Orientador)



Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)
(Co-orientador)



Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
(Membro)



Prof. Dra. Rosilene Dias Montenegro (UFCCG)
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Em uma de nossas aulas o professor Luiz Henrique Cunha, da disciplina Desenvolvimento Regional e Urbano, afirmou que concluir um mestrado é muito mais que escrever uma dissertação. De fato, uma pesquisa de pós-graduação nos faz mergulhar num universo que, por mais conhecido que seja, se torna desconhecido em face dos resultados obtidos. Mas, tão importante quanto o que aprendemos neste percurso é quanto ele revela as nossas limitações, o quanto ainda precisamos aprender, estudar e pesquisar.

Embora a caminhada seja longa, parte dela foi concluída com o mestrado. E a conclusão não teria sido possível sozinho. Afinal, conquistas não são individuais, mas de um conjunto de pessoas que contribuíram diretamente ou indiretamente para as realizações. Nominar todas as pessoas que de alguma forma me apoiaram quando ainda sonhava em entrar num mestrado seria impossível. A elas, por quem tenho um grande carinho e amizade, meu muito obrigado.

Agradeço a Deus pela força e intercessão nos momentos decisivos, quando os dados pareciam impossíveis de conseguir sua mão apareceu para abrir as portas que faltavam.

A meus pais Antônio e Marlene, que, mesmo sem terem tido a oportunidade de concluir sequer o primeiro grau, sempre me incentivaram a estudar, certamente me oferecendo algo que não tiveram condições de ter.

Aos meus irmãos Lígia e Wellington, que certamente consideram esta conquista como se fosse deles.

À minha esposa Karla, que, após concluir a fase de disciplinas de seu mestrado, me olhou e disse: “agora é a sua vez”. Sua presença e apoio foram fundamentais para que abrisse mão de um emprego “estável” para me dedicar ao mestrado.

Agradeço ao meu filho João Pedro, mesmo sem entender por que o pai passa muitas vezes tanto tempo em frente ao computador, enquanto ele reclama presença nas brincadeiras. Sem dúvida sua existência é fonte de inspiração.

Neste momento não poderia deixar de agradecer ao meu amigo e eterno professor Alexandre Sérgio, que, desde a época de ginásio no Colégio Santa Bernadete, sempre me incentivou a estudar. Mesmo à distância, acompanhou e torceu em todas as vezes que tentei uma seleção de mestrado. Sua presença na minha vida de adolescente foi primordial para que eu pudesse moldar minha personalidade com base na ética, honestidade e justiça.

Ao meu amigo Gilvan Melo, que, mesmo sendo de outra área, se colocou à disposição para me ajudar em qualquer que fosse o projeto.

Agradeço ao meu ex-professor, amigo e hoje colega no Decom, Roberto Faustino, que sempre me apoiou e incentivou na caminhada em busca de uma pós-graduação. A começar de 2004, quando participei da seleção em Educação na UFPB, em João Pessoa.

Ao meu amigo de Diário da Borborema, de conversas prolongadas nas noites de sexta-feira e hoje colega no Decom, Fernando Firmino, que, além de ter me apresentado o caminho da docência, sempre esteve ao meu lado na construção de projetos de pesquisa para seleções de mestrado. E, acima de tudo, por ter me incentivado a continuar na docência, quando pensei em desistir.

A Camila Mota, que de ex-aluna se tornou amiga e companheira de trabalho na TV Paraíba e durante todo o processo de seleção para este mestrado vibrou como se a aprovação fosse dela.

Ao meu amigo, também de TV Paraíba e em seguida colega de mestrado, Jurani Clementino, que, na formulação do projeto desta pesquisa e preparação para as provas de seleção, me forneceu textos e orientações sem os quais não teria sido possível chegar até aqui. E, durante este percurso, inúmeras conversas me nortearam na condução da pesquisa.

Agradeço aos meus amigos de mestrado: Zélio, que viveu ansiosamente a expectativa da aprovação; Ítalo Vilarim, que, com sua serenidade e descontração, me acalmou nos momentos de agonia; Thiago Silva, Erivaldo, Alisson, Marconi e Hipólito; e as amigas Andrea Azevedo e Geovania, com as quais dividi momentos de angústia e alegrias durante as aulas, os seminários, palestras e, por fim, nesta etapa da pesquisa.

Ao meu amigo da sala de estudos da pós-graduação no 1º andar, o doutorando Raynner Rilke, que, durante as nossas conversas, me deu força, apoio e informações que ajudaram na estrutura deste trabalho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa, que, muito mais que um professor, sempre foi um amigo, com quem pude contar nos momentos de indecisões, e que se tornou meu exemplo de profissional docente.

Ao meu outro orientador Prof. Dr. Hermes Magalhães Tavares, que, com toda sua sabedoria e conhecimento, decidiu me orientar e, certamente, sem a sua presença, esta pesquisa não teria sido concluída com êxito. Ao professor Hermes agradeço, também, pela paciência nos momentos em que a pesquisa não andou no ritmo que eu esperava.

Meu muito obrigado a todos os professores do mestrado, que contribuíram com minha formação durante este curso.

Agradeço às funcionárias da Sudene: Ilana Villas, Diretora de Incentivos Especiais; e Juçara Maria e Vandete Elias, da Biblioteca Celso Furtado, que disponibilizaram os dados que constam nesta pesquisa.

Agradeço aos membros da banca: Profa. Dra. Rosilene Dias Montenegro, que, na qualificação, contribuiu no aprimoramento desta pesquisa; e Prof. Dr. Luciano Albino, que aceitou o convite para dar sua contribuição neste trabalho.

RESUMO

Nesta pesquisa foi analisado o processo de industrialização do Nordeste a partir dos incentivos fiscais para a atração de empresas, considerando Campina Grande como objeto empírico de análise. Nesse contexto, foram coletados dados referentes à industrialização da cidade de 1961 a 2011, tendo como base os projetos de incentivos aprovados pela Sudene. São apresentadas informações da política de incentivos fiscais implantada pelo governo da Paraíba de 1988 a 2011, através do Fain (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial). Como metodologia do trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e o levantamento de dados nos órgãos: Fiep, IBGE, Pnud, Ipeadata, Cinep e Sudene, além de uma pesquisa de campo utilizando questionários abertos com duas indústrias que se instalaram na cidade e que receberam incentivos fiscais. Os resultados apontam para a importância dos incentivos fiscais para a industrialização em Campina Grande. Durante os 50 anos a cidade teve 220 projetos aprovados pela Sudene, sendo 83 para a instalação de novas indústrias. No comparativo entre os incentivos estaduais e federais, no período 1988-2011, a Sudene aprovou 150 projetos, enquanto que o Fain liberou 125 aprovações. No estudo de caso com duas empresas que receberam incentivos fiscais, foi destacada a importância da posição geográfica estratégica de Campina Grande em relação ao Nordeste. Entretanto, os incentivos fiscais foram determinantes para que essas indústrias se instalassem na cidade, pois outros estados ofereceram os benefícios. Também ficou explicitada que boa parte da mão de obra é composta por moradores da região. A pesquisa aponta que as desigualdades regionais não diminuíram por completo, mas a descentralização industrial através dos incentivos fiscais tem sido o elemento responsável ao menos pela manutenção das taxas de crescimento de determinados estados e, no caso específico desta pesquisa, para Campina Grande.

Palavras-chave: Desigualdades regionais. Sudene. Industrialização. Campina Grande.

ABSTRACT

This research addressed the Northeast industrialization process up from the fiscal incentives in order to attract companies and considering the municipality of Campina Grande, Paraíba State, as an empirical object of analysis. In this context, data were gathered concerning the industrialization of the city from 1961 to 2011, based on projects of incentives approved by Sudene (Superintendency of Northeast Development). Are presented and implanted by the government of Paraíba from 1988 to 2011, through Fain (Support Fund for Industrial Development). The methodology was based on a bibliographical research on the subject and data collection in the agencies: Fiep, IBGE, Pnud, Ipeadata, Cinep and Sudene, as well as a field survey using open questionnaires with two industries that have settled in the city and received fiscal incentives. The results indicate the importance of fiscal incentives for industrialization in Campina Grande. In the course of 50 years, the town had 220 projects approved by Sudene, among which 83 were for installation of new industries. In the comparison between the state and federal incentives during 1988-2011, Sudene approved 150 projects, while Fain signed 125 approvals. In both case studies it was highlighted the importance of the geographical position of Campina Grande in the Northeast. However the fiscal incentives were decisive for those industries settle in the city, since other states offered benefits. It was also observed that much of the workers are of local residents. The study suggests that regional inequalities have not diminished at all, but the industrial decentralization through fiscal incentives have been the main element responsible for maintaining the growth rates of certain states, and in this research example, to Campina Grande.

Keywords: Regional inequalities. Sudene. Industrialization. Campina Grande.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Projetos de incentivos fiscais aprovados – Campina Grande – 1961-2011	59
Gráfico 2 – Número de empresas beneficiadas pelo Fain – Campina Grande – 1988-2000....	60
Gráfico 3 – Números de aprovados pela Sudene e Fain – Campina Grande – 1988-2000	63
Gráfico 4 – Números de aprovados pela Sudene e Fain – Campina Grande – 2001-2011	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indústrias Incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1961-1970	84
Quadro 2 – Indústrias Incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1971-1980	85
Quadro 3 – Empresas Incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1981-1990.....	86
Quadro 4 – Empresas Incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1991-2000.....	88
Quadro 5 – Empresas Incentivadas pela Adene – Campina Grande – 2001-2006.....	90
Quadro 6 – Empresas Incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 2007-2011.....	91
Quadro 7 – Empresas que receberem incentivos fiscais e encerraram atividades – Campina Grande – 1961-1997.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação das regiões e unidades da federação no Produto Interno Bruto – Brasil – 1990-2008	35
Tabela 2 – Participação dos setores na composição do PIB total – Paraíba – 1960-2009	41
Tabela 3 – Indústrias nas mesorregiões por atividade – Paraíba – 2011	43
Tabela 4 – Número de estabelecimentos industriais e de operários – João Pessoa e Campina Grande – 1940-1960.....	47
Tabela 5 – Números de estabelecimentos industriais – Campina Grande – 1974-1992	53
Tabela 6 – Evolução do emprego formal segundo os segmentos produtivos – números absolutos – 1985-1992.....	55
Tabela 7 – Taxa de Crescimento Anual do PIB – Paraíba e Campina Grande – 1970-1996	55
Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Campina Grande – 1991-2000	56
Tabela 9 – Ranking do IDH dos 10 primeiros municípios – Paraíba – 2000.....	57
Tabela 10 – Empresas beneficiárias do Fain – Campina Grande – 1988-2000.....	60
Tabela 11 – Empresas beneficiárias do Fain por enquadramento – Campina Grande – 2001-2011	61
Tabela 12 – Empresas beneficiárias do Fain por ramo de atividade – Campina Grande – 2001-2011	61
Tabela 13 – Taxa de crescimento anual do PIB industrial e PIB total – Campina Grande – 2000-2009	62
Tabela 14 – Participação dos setores em relação ao PIB total – Campina Grande – 2000-2009	62
Tabela 15 – Número de indústrias e ramo de atividade – Campina Grande – 2011	64

LISTA DE SIGLAS

Adene	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
Banfop	Banco de Fomento Agrícola S.A.
Cande	Campina Grande Industrial Ltda.
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Chesf	Companhia Hidrelétrica de São Francisco
Cinep	Companhia de Desenvolvimento da Paraíba
Cingra	Companhia de Industrialização de Campina Grande
Comude	Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico
Confaz	Conselho Nacional de Política Fazendária
Coopersisal	Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba
Coteminas	Companhia de Tecidos Norte de Minas
CVSF	Companhia de Valorização do Vale do São Francisco
Dnocs	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Embratex	Empresa Brasileira de Fiação e Tecidos S.A.
Fagrin	Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial
Fain	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba
Fiep	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FPE	Fundo de Participação Estadual
Fumingra	Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande
Fundact	Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica
Fundagrim	Fundo Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial
Fundesp	Fundo de Industrialização do Estado da Paraíba
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Ifocs	Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
Iocs	Inspetoria de Obras Contra as Secas
Ipeadata	Banco de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPB	Processo Produtivo Básico
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Sanbra	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.
Sanesa	Saneamento de Campina Grande S.A.
Seplag	Secretaria de Planejamento e Gestão
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
SICTCT	Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Telingra	Telecomunicações de Campina Grande S.A.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE EM FACE DAS DESIGUALDADES REGIONAIS	21
1.1 Debates sobre as desigualdades regionais no Brasil	21
1.2 Atraso do Nordeste no contexto nacional	22
1.3 Novo diagnóstico do Nordeste no contexto nacional	25
1.4 Sistema de incentivos fiscais em período recente.....	32
CAPÍTULO 2 O PAPELO DOS ESTADOS NO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO: o caso da Paraíba.....	36
2.1 Incentivos fiscais estaduais	36
2.2 Incentivos fiscais à indústria na Paraíba	39
2.3 Distribuição espacial da indústria na Paraíba	42
2.3.1 Mesorregião do Sertão Paraibano	42
2.3.2 Mesorregião da Borborema	42
2.3.3 Mesorregião do Agreste Paraibano	42
2.3.4 Mesorregião da Mata Paraibana	43
CAPÍTULO 3 A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE.....	45
3.1 Incentivos fiscais federais e a industrialização de Campina Grande.....	51
3.2 Incentivos fiscais estaduais e a industrialização de Campina Grande	59
3.3 Estudo de campo de duas empresas localizadas em Campina Grande	64
3.3.1 Coteminas	65
3.3.2 N3 Computadores	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE	80

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelas discussões em torno das desigualdades regionais, que tinham como um dos principais focos o Nordeste, considerada uma das regiões mais atrasadas do país. As condições climáticas eram apontadas como o principal fator desse atraso. As primeiras ações tiveram como norte a política de soluções hidráulicas, que visavam criar condições de armazenamento de água na região.

Sem conseguir atingir os resultados esperados com a política de soluções hidráulicas, as ações do estado se concentraram em outras estratégias para atenuar as assimetrias entre as regiões. Na década de 1960 os estudos feitos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) vão apontar para um desenvolvimento que tivesse como base a descentralização econômica. Para descentralizar, no caso do Brasil, era preciso criar condições para que as empresas se mudassem para todas as regiões do país. Instituições que visavam exatamente este desenvolvimento foram criadas, a exemplo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O principal instrumento da política econômica para atrair novas plantas industriais era o incentivo fiscal concedido nos primeiros anos pelo governo federal. O sistema 34/18 permitia que empresas deixassem de pagar ao Tesouro Nacional até 50% do montante de seus impostos sobre a renda para reinvestir em projetos na área do Nordeste, desde que a Sudene os reconhecessem como prioritários para o desenvolvimento da região.

A partir do processo de descentralização como proposta de desenvolvimento, as grandes empresas vislumbraram a oportunidade de instalar suas filiais em outras regiões do país, como o Nordeste. Os estados mais pobres passaram a contar com empresas que antes estavam concentradas nos grandes centros do país.

Os incentivos fiscais não foram os únicos fatores que atraíram essas indústrias para a região. Mão de obra mais barata que nos grandes centros, possibilidade de explorar os recursos naturais da região e logística contribuíram para a descentralização industrial.

No final da década de 1980 a nova conjuntura econômica, com os ajustes interno e externo, fez com que o governo federal deixasse de intervir na economia, reduzindo as políticas de desenvolvimento regional e deixando-as a cargo dos estados. Com a responsabilidade de estimular a economia local, os estados passaram a disputar a atração de investimentos produtivos, com foco na indústria, utilizando a concessão de incentivos fiscais como principal instrumento dessa política de desenvolvimento.

Nos últimos anos várias discussões tiveram como tema os incentivos fiscais para atração de novas indústrias para os estados. Com ênfases diferentes, alguns autores abordaram os aspectos negativos dessa política (VARSANO, 1997) e as vantagens dessa estratégia para suprir a ausência de políticas nacionais de desenvolvimento (PRADO, 1999). Apesar de posições opostas, as abordagens destacam que os incentivos fiscais, concedidos pelos estados para atrair novas indústrias, ajudam no desenvolvimento, sendo o elemento responsável ao menos pela manutenção das taxas de crescimento de determinados estados.

As políticas de desenvolvimento regional no Brasil com foco no Nordeste foram abordadas por Lima (2008), que investigou se os incentivos fiscais dinamizaram a indústria de transformação e extrativa mineral local em termos de emprego, interiorização e adensamento das cadeias produtivas. Lima (2008) constatou que houve um aumento no número de empregos, mas que não afetaram significativamente a dinâmica local. Em outro trabalho, Carvalho (2001) fez uma análise das políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste e seus desdobramentos para a economia e a sociedade nordestina, concluindo que esses programas não são capazes de alterar significativamente a dinâmica local.

A promulgação da Constituição de 1988 aumentou a autonomia dos estados para fixar, por leis próprias, as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações. Isso deu maior poder de negociação aos governos estaduais, que passaram a usar mais incentivos fiscais como forma de atrair indústrias para seus respectivos territórios.

A Paraíba, como os demais estados brasileiros, adequou-se a esse novo modelo e intensificou sua política de industrialização. Na segunda metade da década de 1980, especificamente em 1986, entrou em vigor o Fain (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial), principal mecanismo de incentivos à industrialização paraibana. A concessão do Fain é de 10 a 15 anos. O incentivo fiscal é crescente (PARAÍBA, 1994):

- para empresas localizadas nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e Conde, o repasse é de 60%;
- para empresas localizadas nos municípios de Campina Grande e Queimadas, o repasse é de 80%; e
- para empresas localizadas no demais municípios da Paraíba, o repasse é de 100%.

Os incentivos fiscais e a industrialização na Paraíba já foram abordados por outros autores, como Brasil (2005), que analisou, no período de 1988-2003, a quantidade de

empregos projetados pelos empreendimentos beneficiados, o custo da política em termos de arrecadação de ICMS e o custo do emprego projetado para o estado em termos de incentivos concedidos. Campina Grande é uma das cidades beneficiadas com a política de incentivos fiscais que vem sendo adotada ao longo das últimas décadas.

Diante desse cenário, esta pesquisa partiu da assertiva de alguns autores que apontaram que a Sudene atendeu muito mais à vontade do capitalismo que aos anseios populares da época, pois o que aconteceu foi a expansão, para o Nordeste, das empresas oligopolistas do Centro-Sul, transformando numa reprodução ampliada do capital que já dominava outras regiões do país. Outra hipótese, esta muito mais ligada ao discurso dos governos estaduais, é de que o órgão federal não desempenha mais seu papel, ficando única e exclusivamente a cargo do estado a concessão de benefícios fiscais.

Para comprovar ou refutar a hipótese inicial, este trabalho teve como objetivo geral compreender e analisar o processo de industrialização do Nordeste a partir dos incentivos fiscais para a atração de empresas, considerando Campina Grande como objeto empírico de análise.

Como objetivos específicos, inicialmente a pesquisa identificaria quantos projetos industriais receberam incentivos fiscais federais de 1988 a 2011, em Campina Grande. Durante a coleta de dados o acesso à dissertação intitulada *O Processo de Industrialização Via Incentivos Fiscais: expansão e crise em Campina Grande*, de Damião de Lima, do Mestrado em Economia Rural da antiga Universidade Federal de Campina Grande (Campus II), hoje UFCG (1996), a qual apresentou dados referentes à industrialização da cidade de 1961 a 1980, justificou a ampliação do recorte desta pesquisa para o intervalo de 1961 a 2011, o que representa um período de 50 anos da reconfiguração do espaço industrial tendo como política norteadora os incentivos fiscais federais. Nessa perspectiva, é parte da pesquisa verificar quantas empresas receberam incentivos fiscais e quantas encerraram as atividades na cidade.

Em virtude da mudança de esfera da política de incentivos fiscais que ficou a cargo dos estados a partir da Constituição de 1988, foi considerado o período de 1988 a 2011 para identificar quantas empresas foram beneficiadas na Paraíba, com o foco em Campina Grande, com os incentivos fiscais estaduais através do Fain gerido pela Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (Cinep) ligada ao governo estadual.

Considerando que, depois da Constituição de 1988, vários autores apontam que a guerra fiscal entre os estados federativos é a principal motivadora para atração de novas indústrias para a região, levanta-se a hipótese de que nessa nova conjuntura a Sudene deixou de exercer um papel preponderante na política que busca a redução das desigualdades

regionais com atração de novos investimentos para o Nordeste. Para verificar essa hipótese este trabalho buscou comparar a quantidade de projetos aprovados com a concessão de incentivos fiscais da Sudene e do Fain.

Buscando mensurar a importância dos incentivos fiscais para a atração de novas indústrias para Campina Grande, foram escolhidas duas empresas de outros estados que estão instaladas na cidade, nas quais foram feitas entrevistas com os diretores para verificar se a concessão do benefício foi determinante para a escolha da implantação da planta industrial.

Dentre as empresas que se instalaram em Campina Grande no período estudado e beneficiadas com incentivos fiscais federais e estaduais, foram selecionadas duas: a N3 Computadores, instalada em 2005, e a Coteminas, que opera em Campina Grande desde 1995. A escolha dessas duas indústrias teve como critérios: empresa de outro estado que se instalou na cidade, facilidade de acesso, beneficiárias de incentivos fiscais federais e estaduais.

Para obtenção dos dados das indústrias foram utilizadas notícias de jornais, sítios das empresas e uma entrevista com os diretores. Na entrevista foi aplicado um questionário aberto.

No caso da N3 Computadores, a entrevista foi realizada no dia 3 de janeiro de 2012, às 9h30, na sede da indústria, localizada na Avenida João Wallig, no Distrito Industrial de Campina Grande. O diretor industrial Sergio Moura, que está na empresa desde a instalação, respondeu às questões em 42 minutos. Foi utilizado um gravador digital para captação do material. Depois da entrevista, o diretor apresentou a indústria, mostrando toda a linha de produção, inclusive novos equipamentos, recém-adquiridos, os quais possibilitariam o aumento da produção, acrescentando que seria necessário à indústria passar a trabalhar em três turnos em todos os setores até o final de 2012.

A entrevista com o diretor industrial das duas unidades da Coteminas na Paraíba, Magno Rossi, foi realizada no dia 17 de janeiro de 2012, às 14h30, na sede da unidade de João Pessoa. O questionário foi respondido em 21 minutos e o contato com o industrial limitou-se à entrevista.

Na seção 3.3, que trata do estudo de campo de duas empresas localizadas em Campina Grande, foi feita a descrição de cada empresa e selecionadas as perguntas que mais apresentaram relações com o tema pesquisado e, sempre que pertinente, referências a autores que tratam do tema.

A pesquisa fez um estudo exploratório, visto que foi desenvolvida no sentido de explorar, conhecer com maior profundidade o assunto abordado, de modo a torná-lo mais

claro, através de um aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada área temática (GIL, 2009).

Quanto à natureza, a pesquisa é quantitativa e qualitativa, porque foram apresentados resultados e implicações da política de incentivos fiscais na industrialização de Campina Grande. Segundo Yin (2005, p. 32), o estudo de caso consiste numa “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

De acordo Marconi e Lakatos (2000, p. 175), uma variável pode ser considerada: uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito que contém ou apresenta valores; aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração. Nesta pesquisa foram analisadas as seguintes variáveis:

1. Estabelecimentos industriais:
 - número de estabelecimentos industriais por ramo de atividade e mesorregiões; e
 - número de estabelecimentos industriais por ramo de atividade em Campina Grande.
2. Empresas beneficiárias:
 - nome e número de empresas que foram beneficiadas com os incentivos fiscais federais;
 - número de empresas que receberam incentivos fiscais do Fain; e
 - número de empresas que foram beneficiadas com o incentivo fiscal federal encerraram as atividades.
3. Produto Interno Bruto (PIB) de Campina Grande nas últimas décadas.
4. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Campina Grande.

Os dados referentes ao número de estabelecimentos industriais e o ramo de atividade no estado e em Campina Grande foram obtidos por meio de consulta ao Cadastro Industrial da Paraíba, disponível no sítio da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep). De posse das informações, foi elaborada uma tabela que apresenta a quantidade de indústrias em cada mesorregião do estado e os respectivos ramos de atividade, a fim de explicitar a vocação industrial de cada um deles. Em seguida foi elaborada outra tabela com os dados referentes a Campina Grande, destacando a quantidade de empresas e suas respectivas atividades.

Durante a construção do referencial bibliográfico a dissertação de Damião de Lima (1996), citada anteriormente, forneceu dados da industrialização incentivada em Campina

Grande de 1961 a 1980. Na Sudene foram coletados os dados referentes aos anos seguintes até 2011. Para conseguir as informações, foi utilizado o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), do governo federal. Como a autarquia só dispunha em arquivo eletrônico as informações dos anos de 2007 a 2011, fez-se necessário uma visita ao local para pesquisar nos arquivos físicos do órgão. Antes, porém, a Biblioteca Celso Furtado disponibilizou algumas informações referentes à década de 1980. Na Sudene foram analisadas 46 fichas datilografadas que traziam as empresas que receberam incentivos fiscais na Paraíba na década de 1980. Os dados serviram para montar a tabela que dá continuidade à pesquisa de Lima (1996). O restante (1990 a 2006) que faltava para completar todo o período objetivo desta pesquisa foi entregue pela coordenadora de incentivos especiais Ilena Villas, e continham informações referentes a todo o estado. Desse material impresso foi feita uma filtragem das informações relacionadas a Campina Grande e elaborados quadros que estão no corpo deste trabalho.

Para obter os dados das indústrias que receberam incentivos fiscais estaduais no período de 1988 a 2011, foi consultado o arquivo da Cinep, através da coordenação do Fain. Porém, o órgão só dispunha nos arquivos eletrônicos de dados o período 2000-2011. Só foram disponibilizados: a quantidade de empresas, o ramo de atividade e o tipo de enquadramento do incentivo. As informações dos anos anteriores foram utilizadas da dissertação do Mestrado em Economia (UFPB) intitulada Política de Incentivos Governamentais da Paraíba: implicações sobre o desenvolvimento industrial e geração de empregos (1988-2003), apresentada em 2005 por Patrick Morais Brasil. Os dados da pesquisa só contemplam a quantidade de empresas que se instalaram em Campina Grande de 1988 a 2000, mas não detalham o ramo de atividade, tampouco o tipo de enquadramento. Em contato por e-mail o autor informou que não dispunha dos detalhes e que, na época de sua pesquisa, os dados estavam em arquivos de papel e corriam o risco de terem sido deteriorados ou estarem no arquivo morto, o qual não se teve acesso.

Os dados do PIB e IDH foram coletados nos sítios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ipeadata (Banco de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Fiep e Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro (A política de desenvolvimento do nordeste em face das desigualdades regionais), é apresentado o histórico da transição da economia agroexportadora do país e o momento de partida da industrialização nacional nas primeiras décadas do século XX, destacando o acúmulo de capital de determinadas regiões em detrimento de outras.

O capítulo 2 (O papel dos estados no desenvolvimento do território: o caso da Paraíba) apresenta como os incentivos fiscais se tornaram o principal instrumento de atração de investimentos para a região, tendo como foco a Paraíba.

No terceiro e último capítulo (A industrialização em Campina Grande) é relatado o processo de industrialização na cidade, levando-se em conta principalmente os incentivos fiscais como fator impulsionador da reconfiguração do espaço industrial. Além disso, são apresentados os dois estudos de caso que fazem parte dos objetivos deste estudo.

CAPÍTULO 1

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE EM FACE DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

1.1 Debates sobre as desigualdades regionais no Brasil

Nas duas primeiras décadas do século XX, momento de partida da industrialização brasileira, o fenômeno das desigualdades regionais surge como presente (FURTADO, 1971). O padrão de desenvolvimento do país favorecia o acúmulo de capital de determinadas regiões em detrimento de outras.

A produção cafeeira era a base e se voltava principalmente para exportação. Esse tipo de economia agroexportadora concentrava os recursos financeiros e naturais nas mãos dos grandes empresários do setor exportador, o que contribuía para agravar os problemas de distribuição de renda e propriedade no país.

Ao longo da primeira metade do século XX o potencial acumulativo do Centro-Sul só fez se acentuar:

A monocultura do café, a qual favoreceu o emprego de uma grande massa assalariada e a conseqüente formação de um mercado interno, criando as condições propícias para que a indústria se desenvolvesse naquela região num momento em que a capacidade para importar da economia nacional se encontrava fortemente deteriorada (MOREIRA, 1979, p. 26).

Para Araújo (2000), o século XX foi o período em que o país sofreu mudanças na configuração de seu desenvolvimento, passando da condição de país primário-exportador para a de país de base industrial importante. A partir da década de 1930, o Brasil adotaria outro modelo de acumulação de capital, passando da agroexportação para a industrialização. Esse primeiro período é chamado por Cano (2007) de industrialização restringida. A partir de 1956 é que “são implantadas as indústrias produtoras de bens de produção e de consumo durável, a chamada industrialização pesada” (CANO, 2007, p. 9).

Até o final do século XIX a indústria brasileira era descentralizada. Os problemas de transporte, principalmente o alto valor do frete, impunham barreiras ao fluxo de produtos entre as regiões. Cada indústria atendia à demanda da região em que estava instalada.

Praticamente, a única competição dessas indústrias era com os produtos estrangeiros que podiam chegar a todas as regiões.

Dados do ano de 1881 mostram que o parque industrial têxtil da Bahia era maior do que os dos estados de São Paulo e Minas Gerais juntos, ficando atrás apenas do Rio Janeiro. O Censo Industrial do Brasil de 1907 já indicava uma mudança considerável: a indústria se concentrava nos estados do Rio de Janeiro (37,8%) e São Paulo (15,9%), ou seja, os dois estados, juntos, concentravam 53,7% do parque industrial nacional (TAVARES, 2007).

A concentração industrial passou a acontecer mais em São Paulo, que em 1939 já detinha 45% da produção nacional. Em relação ao Nordeste, no mesmo período houve perda. Em 1907 a região tinha cerca de 17% da produção industrial, chegando a 10% em 1939. Mesmo no início da industrialização, é possível perceber as diferenças regionais. Dados de 1939 das Contas Nacionais do Brasil mostram os diferentes ritmos de crescimento das rendas regionais decorrentes do investimento em infraestrutura e indústria no Centro-Sul, principalmente em São Paulo (CANO, 2007).

1.2 Atraso do Nordeste no contexto nacional

As condições climáticas eram apontadas pelos estudiosos das desigualdades regionais como os principais fatores do atraso do Nordeste, visto que a região tinha uma economia de base primária, tendo como principal fonte a agricultura. Além disso, as grandes secas resultaram em pressões para que fossem tomadas medidas de enfrentamento do problema. Diante do quadro, vários estudos nortearam a política de “soluções hidráulicas” que visavam o desenvolvimento do Nordeste, diminuindo as desigualdades regionais. É nesse período que surge o discurso da dependência. Sendo o Nordeste uma região problemática, necessitaria de ajuda de recursos federais e externos para acompanhar o desenvolvimento das regiões consideradas mais desenvolvidas do país, como as regiões Sul e Sudeste (SILVA, 2005).

A política de “soluções hidráulicas” começou a ser construída a partir da grande seca de 1877 e vai nortear a intervenção do estado no semiárido durante várias décadas. Naquela ocorrência morreram entre 350 mil e 500 mil pessoas no Nordeste, vitimadas por febre, varíola e problemas causados por alimentação de má qualidade. Uma comissão foi criada pelo governo imperial para estudar a região e propor meios para abastecimento de água durante o período sem chuvas, evitando novas catástrofes. Com a queda da monarquia, a Comissão Imperial foi desativada em 1889. Outras secas ocorreram nos anos de 1889, 1891, 1901 e 1903, mas nenhuma teve tanto impacto como a de 1877-1879.

[...] somente a partir da grande seca de 1877 que o governo brasileiro passa a encarar as secas nordestinas como problema que, embora regional, exige uma interferência federal. Dentro desse prisma, a grande solução que se apresenta ao governo para o Nordeste passa a ser a irrigação, feita através da construção de açudes e barragens, bem como a destinação de verbas para socorros especiais, por ocasião das grandes estiagens (CONH, 1976, p. 19).

Entre as ações do estado para minimizar os estragos, estavam o atendimento aos retirantes da seca, principalmente através da doação de cestas básicas para evitar a emigração e a oferta de trabalho temporário na construção dos açudes. Era a forma de o Império evitar que o problema da seca não voltasse a causar tantos estragos.

Foram realizados vários debates encabeçados por Conde D'Eu, presidente do Instituto Politécnico, para que fossem tomadas as primeiras medidas de enfrentamento à seca. A proposta tinha como base a garantia do aumento da oferta de água para que a situação de 1877-1979 não voltasse a ocorrer (MARANHÃO, 1984). Foi indicada a construção de obras que tivessem como objetivo o acúmulo de água. “Previam-se a construção de grandes barragens (açudes), poços artesianos e estradas” (TAVARES, 2007, p. 4).

Em 1909 é institucionalizada a intervenção federal no Nordeste com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), mas a manutenção do clientelismo e falta de capacidade para elaborar projetos não mudaram a infraestrutura regional (SILVA, 2005).

Em 25 de julho de 1919 é criada a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (Ifocs). Com o auxílio de especialistas e técnicos, foi feito um diagnóstico de que uma açudagem de alto nível e de grande quantidade seria capaz de amenizar os efeitos da seca. Essa proposta já havia sido apresentada pela comissão criada por D. Pedro II.

A Ifocs é transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) em 1945. No ano seguinte, a Constituição Federal reintroduz a obrigatoriedade da vinculação de 3% da Receita Federal para o combate às secas do Nordeste. A política de combate à seca prolonga-se até o final da década de 1950.

Do ponto de vista de realizações, o auge dessa política é alcançado no governo Epitácio Pessoa. De origem Nordestina, o Presidente Epitácio Pessoa decide acelerar as obras públicas contra as secas no Nordeste e chega a despendar 10% do orçamento federal naquela região, empregando grande número de máquinas importadas dos estados Unidos e mão-de-obra especializada daquele país (TAVARES, 2007, p. 4).

O presidente Epitácio Pessoa governou de 1919 a 1922, sendo sucedido pelo presidente Artur Bernardes, que reduziu os recursos federais das obras contra as secas a 1%

ao ano, percentual que se manteve também no governo de Washington Luiz (1926-1930). A política de combate às secas é efetivamente retomada com a Revolução de 1930. Getúlio Vargas defende a política de Epitácio Pessoa para o Nordeste (TAVARES, 2007).

Na retomada da política em prol do Nordeste, a construção de açudes, barragens, poços e estradas de ferro ganharam um novo impulso. Nos dois governos de Getúlio Vargas observa-se a duplicação de recursos para as obras de combate à seca na região (SILVA, 2005). Os dois primeiros anos do governo Vargas são marcados pela ocorrência das secas.

A seca de 1932 teve um aspecto de generalização nunca observado até então. O fenômeno estendia-se desde Piauí e parte do Maranhão, até além dos vales do Itapicuru e do Vaza Barris, na Bahia; em extensão avaliada em 650.000 km², compreendendo de parte de 3.000.000 pessoas. Esgotado por dois anos de precipitações escassas e mal distribuídas, não dispunha o sertanejo de recursos para enfrentar o novo ano seco que surgia. O êxodo para o litoral, iniciado no Ceará, generalizou-se rapidamente, surgindo com ele os assaltados e saques inevitáveis (AIVARGONZALEZ, 1984, p. 161).

A situação agravante fez com que o governo federal disponibilizasse em 1932 uma grande verba financeira para que as obras se desenvolvessem rapidamente:

As obras se desenvolveram rapidamente, chegando a inspetoria a empregar cerca de 220.00 operários, no mês de novembro de 1932. Apesar de existir um plano de obras para o caso da seca, a gravidade da crise climática motivou que ele fosse insuficiente. Porém, o grande número de projetos elaborados, mantidos em reserva pela inspetoria, permitiu que ela pudesse proporcionar socorros, onde as obras dos grandes sistemas hidráulicos ou do plano geral rodoviário não alcançavam. Foram iniciadas a execução de numerosas obras secundárias de açudagem de capacidade relativamente reduzida, bem como a construção de estradas (AIVARGONZALEZ, 1984, p. 162).

Segundo Hirschmam (apud TAVARES, 2007), a capacidade de acumulação dos açudes passaram de 625 milhões de metros cúbicos, em 1930, para 1952 milhões, em 1940. Foram construídos dois mil quilômetros de rodovias principais e mil quilômetros de rodovias secundárias.

Conforme Silva (2005), até 1934 a Ifocs já havia construído 208 açudes, sendo 161 em cooperação com os estados, municípios e particulares, e 47 em localidades públicas. Na década de 1940, os açudes públicos já eram em torno de 127.

A questão regional continua em debate na década de 1940, levando o governo a construir a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf) e a Companhia de Valorização do Vale do São Francisco (CVSF).

Ao tomar posse pela segunda vez em 1951, por meio de eleições democráticas, Getúlio Vargas enfrenta uma nova seca. O modelo das frentes de trabalho foi novamente colocado em prática, mas não impediu a emigração de populações famintas e a corrupção. De 1950 a 1970 o fluxo de saída de nordestinos (com exceção do Maranhão) pulava de 26% para 33% (CANO, 2007).

Mesmo com todos os esforços, a política de combate às secas falhara. Entre as causas estavam a inoperância e práticas de corrupção. Oliveira (1977) aponta que a falta de água é vista pelos políticos e coronéis como oportunidade de ser utilizada em prol dos interesses dos grupos locais.

Como a política pública de águas era equivocada, visto que beneficiava as oligarquias locais que escolhiam os beneficiados, os resultados positivos não eram alcançados e a atenuação do problema tornava-se cada vez mais difícil (OLIVEIRA, 1977).

1.3 Novo diagnóstico do Nordeste no contexto nacional

A política de recursos hídricos não apresentou resultados satisfatórios para o desenvolvimento da região. Reconheceu-se que o Nordeste necessitava de políticas ativas e modificações profundas de natureza estrutural. As secas passaram a ser consideradas não mais como o principal entrave, mas sim como uma variável do problema da região.

Furtado (1998) aponta que os problemas nordestinos não são decorrentes apenas dos efeitos da seca, mas muito mais em decorrência do subdesenvolvimento da região. A constatação e a preocupação de Furtado estavam fundamentadas na estrutura da economia nordestina. Araújo (2000) relata que o país passava por um novo ciclo de acumulação de capital em virtude do crescimento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo duráveis. O processo se concentrava no Centro-Sul, mas chegava a todas as regiões no sentido de submetê-las à dinâmica da região mais industrializada.

A questão da desigualdade interna do Brasil se torna explícita. De acordo com Cano (2007), Celso Furtado, influenciado pelas ideias de Raúl Prebisch e da Cepal, afirma que no Brasil do pós-guerra existe um sistema econômico do tipo centro-periferia, também característico dos demais países da América Latina.

A Cepal advertia o mundo subdesenvolvido para o enorme hiato entre as nações ricas e pobres, em face dos resultados da forma do sistema de divisão internacional do trabalho, via relacionamento centro-periferia. As nações ricas tornar-se-iam cada vez mais ricas e as pobres cada vez mais pobres (CANO, 2007, p. 20).

A ideia central era que, sendo o Nordeste uma região pobre, o seu crescimento estaria condicionado à economia do Sudeste do país e mesmo do exterior. A respeito disso Andrade ressalta:

A pobreza no Nordeste deriva sobretudo da má distribuição de renda – há um forte contraste entre o nível de vida das classes dominantes e o do povo -, da grande concentração da propriedade fundiária, dos sistemas econômicos nacional que transformou a região em fornecedora de matérias primas e de mão de obra pouco qualificada para as regiões economicamente mais dinâmicas, e da apropriação de riquezas regionais por grupos econômicos internacionais e de outras áreas do país (ANDRADE, 1988, p. 18).

A questão regional emerge com mais força na década de 1950, quando ocorre a intensificação das relações entre a região mais industrializada do país, o Sudeste, notadamente São Paulo, e as outras regiões. Nesse período são divulgadas as Contas Nacionais (1951) e Regionais (1952), trazendo à tona as disparidades regionais.

Em 1951 e 1952 começavam a ser divulgadas as Contas Nacionais do Brasil, com dados que se iniciavam em 1939, mostrando os desníveis entre o volume e o ritmo de crescimento das rendas regionais. Isto, contrastando com os maciços investimentos em infraestrutura e em indústria pesada que se concentravam no Centro-Sul – principalmente em São Paulo – desencadeou grandes pressões políticas nas demais regiões, reclamando tratamento prioritário de desenvolvimento (CANO, 2007, p. 23).

Dois fatores são apontados por Araújo (2000) para a intensificação do debate regional: a forte concorrência entre as regiões e a grande seca ocorrida em 1958-1959. O Nordeste aparece como principal norte das discussões das desigualdades regionais. Furtado (1998) aponta que os efeitos da seca são ampliados em decorrência do subdesenvolvimento nordestino, propondo que o Nordeste seja incluído num projeto nacional de desenvolvimento.

Analisando as relações comerciais entre as regiões do Brasil, é observado que o Nordeste transferia a renda para o Centro-Sul, visto que os bens industriais eram comprados ali, como explicam Araújo e Santos (2009, p. 193-194):

[...] superavitário no comércio exterior, o Nordeste era “obrigado” a comprar bens industriais no Centro-Sul pelos instrumentos de defesa da indústria nacional. E o fazia a preços muitas vezes mais caros. Enquanto isso, ao mesmo tempo em que servia de mercado para a indústria da região mais rica e dinâmica, o Nordeste vendia bens primários.

Criado por Juscelino Kubitschek, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), tendo à frente Celso Furtado, reproduz em escala regional a leitura da

Cepal sobre as desvantagens da troca desigual. Ou seja, havia uma deterioração dos termos de troca entre o Nordeste e o Centro-Sul. O poder de compra da região mais atrasada era cada vez menor, reproduzindo-se a relação entre centro produtor de bens industrializados (o Centro-Sul) e a periferia produtora de matérias-primas (Nordeste e Norte).

Já Cano (2007) aponta que o pensamento cepalino era inadequado para ser aplicado à questão regional, visto que a concepção centro-periferia só seria válida entre nações e não entre regiões. “A diferenciação de fronteiras internas não pode ser formalizada por medidas de política cambial, tarifária e outras, salvo as relacionadas às políticas de incentivos regionais” (CANO, 2007, p. 21).

De qualquer modo, o GTDN é considerado um marco na análise das desigualdades regionais que eram visíveis, nas primeiras décadas do século XX. A teoria de centro-periferia foi utilizada para entender os problemas socioeconômicos da região e propor um planejamento regional para o Nordeste.

A originalidade do relatório está na sua visão de conjunto e na apresentação bastante articulada dos diferentes componentes da realidade econômica e social. Trata-se de um diagnóstico consistente, cujo ponto de partida são as “disparidades regionais”, mensuradas em função dos níveis de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul (TAVARES, 2007, p. 8).

O relatório apontava problemas de ordem natural, relações econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul. Segundo o GTDN, essas “caracterizam-se por um duplo fluxo de renda, operando o setor privado como instrumento de transferência contra o Nordeste e o setor público (o governo federal) em sentido inverso” (GTDN, 1959, p. 10).

As transferências feitas pelo governo federal se destinavam a obras assistencialistas que aumentavam nos anos de seca, mas que não tinham efeito multiplicador. No sentido inverso, os recursos do setor privado do Nordeste eram transferidos para as áreas de melhor oportunidade de investimento, principalmente o Centro-Sul (CARVALHO, 2001).

Segundo o GTDN, em 1956 a renda *per capita* da região Nordeste foi de 96 dólares e a do Centro-Sul de 303 dólares, ou seja, a primeira representava apenas 1/3 da segunda. Diz o documento em sua página 7: “A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional”. De acordo com Furtado (1971, p. 249), “em 1955, a renda *per capita* do estado de São Paulo era 4,7 vezes maior do que a do Nordeste”.

No início da década de 1950, 406 mil pessoas estavam empregadas nas indústrias de transformação nordestinas, incluindo atividades semiartesanais, o que correspondia a 9,1% da população urbana. Já no Centro-Sul, na mesma época, a ocupação industrial alcançou 1,8 milhões de pessoas, correspondendo a 13,2% da população urbana. O subemprego na região Nordeste atingia 460 mil pessoas, equivalente a 10% da população urbana. Em 1956, 512 mil pessoas estavam desempregadas na região (GTDN, 1959).

O documento dá ênfase à análise econômica das disparidades regionais, mostrando que a estrutura agrária vigente na época é a grande responsável pelo desequilíbrio, uma vez que as condições climáticas da região tornam a economia altamente vulnerável e propõe a industrialização como única alternativa para o desenvolvimento do Nordeste (COHN, 1976).

O documento é bastante claro ao afirmar:

Na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda (GTDN, 1959, p. 52).

A proposta elaborada pelo GTDN propunha:

Um plano de industrialização, para o Nordeste, terá que visar dois objetivos centrais: primeiro, reorganizar as indústrias tradicionais da região a fim de reconquistar a posição que antes detinham em face do parque industrial do Centro-Sul; segundo, modificar a estrutura do sistema industrial da região, com a instalação de indústrias de base, criando, assim, um sistema capaz de autopropagação (GTDN, 1959, p. 52).

De acordo com Tavares (2007), a política de industrialização do Nordeste objetivava criar uma classe dirigente dotada de espírito empresarial e fixar na região os capitais que tendiam a emigrar. Segundo o documento, o desenvolvimento da região Nordeste só seria viável mediante a diversificação da produção interna, ou seja, através da industrialização, ao passo que fosse realizada uma profunda transformação agrária e agrícola.

[...] ao contrário do que afirmavam muitos de seus críticos, Furtado tentava criar aquilo que o Nordeste nunca tivera, de forma mais avançada: relações capitalistas de produção no campo, numa economia mais eficiente e internamente integrada. Seu projeto de reforma agrária (zona da mata) e de colonização (vales úmidos e Maranhão) era social e economicamente correto: expandir a oferta de alimentos para apoio à industrialização, incorporar ao mercado o homem rural e desconcentrar a renda rural, além de enfrentar a questão ecológica do semi-árido (CANO, 2000, p. 112).

As medidas indicadas no GTDN transportavam para o âmbito regional uma política cepalina de substituição de importações. Para Furtado (1998), o sistema centro-periferia presente nas relações comerciais entre nações era reproduzido em escala inter-regional no Brasil.

O GTDN foi praticamente a primeira tentativa de elaboração de um planejamento de desenvolvimento regional no Brasil voltado para a região menos desenvolvida: o Nordeste. O documento do GTDN serviu de base para a criação da Sudene em 1959. “O GTDN influenciou decisivamente nas primeiras fases da Sudene, sendo a matriz básica dos primeiros planos diretores” (TAVARES, 2004, p. 101).

Com a criação da Sudene, passa-se do diagnóstico para o planejamento e a ação. O objetivo era atenuar as desigualdades regionais que aumentavam com o processo de constituição do mercado interno alavancado pela industrialização do país. De acordo com a Lei de Criação da Sudene, competiria à autarquia:

[...] a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargos dos órgãos federais na Região que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor; e d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste (MOREIRA, 2000, p. 4).

Quatro Planos Diretores (1961, 1963, 1966 e 1968) foram aprovados pelo Congresso Nacional e nortearam as ações da Sudene. O primeiro Plano Diretor, aprovado em 14 de dezembro de 1961 através da Lei de nº 3.995, tratava da criação de condições para a vinda de investimentos para a região, investindo na infraestrutura econômica da região, através da construção de estradas, investimentos em energia e comunicações. Outro ponto tem como cerne os incentivos à industrialização. O artigo 34 concedia às empresas inteiramente nacionais de todo o país deduções do Imposto de Renda para fins de aplicação em projetos industriais no Nordeste.

Em 1963, através da Lei de nº 4.239 de 27 de junho, é criado o segundo Plano Diretor, que continha as diretrizes do primeiro e contemplava novas áreas, como educação, treinamento de mão de obra, habitação, instalações portuárias, pesca e eletrificação rural. No artigo 34 são incluídas as atividades agrícolas na política de incentivos fiscais e extingue a obrigatoriedade de capital nacional para as empresas interessadas em investir na região.

Conhecido como o 34/18¹, o sistema teve um papel central no forte movimento de inversões industriais do Nordeste, proporcionado através do baixo custo do capital. Esse sistema consiste em que as pessoas jurídicas possam deixar de pagar ao Tesouro Nacional até 50% do montante de seus impostos sobre a renda para investir ou reinvestir em projetos na área do Nordeste, reconhecidos pela Sudene como prioritários para o desenvolvimento da região.

O sistema 34/18 provocou uma verdadeira avalanche de empresas do Sudeste e Sul para o Nordeste, inclusive multinacionais. A opção por incentivos fiscais, definida no Sistema 34/18, tinha objetivos bem definidos.

Na realidade, a escolha seguia diretrizes maiores. O modelo Cepalino de desenvolvimento econômico proposto para os países subdesenvolvidos, o qual atribuía à indústria o papel de romper com o ciclo vicioso da pobreza, fora escolhido como marco teórico referencial. A substituição de importações, portanto, deveria ser o pilar desse processo. No entanto, por se tratar de uma região, seria impossível adotar barreiras alfandegárias. A opção, portanto, foi criar um sistema de incentivos fiscais, de forma a atrair empresas para a região (CARVALHO, 2001, p. 46).

A partir do processo de descentralização como proposta de desenvolvimento, as grandes empresas passaram a vislumbrar a oportunidade de instalar suas filiais em outras regiões do país, como o Nordeste. Além dos incentivos fiscais, o nível de salários tornou-se um fator preponderante na competitividade entre as regiões. Na busca para aumentar os lucros, empresas se deslocaram para lugares nos quais os salários eram mais baixos. Outra vantagem comparativa era a logística, que considera as condições das estradas e a proximidade com fornecedores e consumidores.

O Golpe Militar de 1964 tornou mais difícil a atuação da Sudene, resultando num redirecionamento da política regional. As mudanças reformistas no mundo agrário propostas pelo GTDN tornaram-se menos viáveis por motivos políticos (GALVÃO apud CARVALHO, 2001). A Sudene passa a ser subordinada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (que se transformou em Ministério do Interior em 1967), deixando de responder diretamente à Presidência da República. A atuação da autarquia vai se concentrar na industrialização incentivada.

O terceiro Plano Diretor foi aprovado em 1965 através da Lei nº 4.869, e tinha como proposta apoio técnico e financeiro para treinamento de pessoal e modernização

¹ Uma referência ao artigo 34 da Lei nº 3.995, de 14/12/1961, que permitia a dedução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas de capital 100% nacional que pretendessem investir no Nordeste. O artigo 18 da Lei nº 4.239, de 27/06/1963, estendia esse benefício ao capital estrangeiro.

administrativa, além de investimentos em infraestrutura física e social aos setores de saúde e educação. Houve, também, a flexibilização operacional ao mecanismo 34/18.

Aprovado através da Lei nº 5.508, em 11 de outubro de 1968, o quarto Plano Diretor constata “que a ação de desenvolvimento no Nordeste, utilizada até então pela Sudene, não havia trazido melhoria significativa nos níveis de bem-estar da maioria da população” (CARVALHO, 2001, p. 51).

O plano de ação baseado na industrialização não atingira os resultados esperados. Entre os fatores apontados para o questionamento da eficácia está a inadequação da teoria cepalina centro-periferia às regiões brasileiras:

[...] essa tentativa de transplantar para o âmbito regional uma política cepalina de substituição de importações referida ao âmbito nacional era obrigada a compensar precariamente, por meio de incentivos fiscais, cambiais e financeiros, a inexistência de fronteiras políticas regionais protegidas por barreiras tarifárias e não-tarifárias. A rigor, essa concepção industrializante do GTDN pode ser criticada por não se ter dado conta de que a industrialização que se processava no país, a partir de meados da década de 1950, já não guardava as mesmas relações que predominaram no processo até então desenvolvido por substituição de importações (CANO, 2000, p. 113-114).

A maior parcela beneficiada com os incentivos fiscais era de empresas de fora do Nordeste, principalmente de São Paulo. O GTDN já previa que o problema do emprego não seria totalmente solucionado.

O GTDN considerava que a industrialização não seria suficiente para ocupar a massa de desempregados da região. Por isso, paralelamente à industrialização, que absorveria os excedentes urbanos, seria necessário cuidar do deslocamento da fronteira agrícola e da irrigação nas zonas semi-áridas (TAVARES, 2007, p. 9).

Apesar dos problemas enfrentados pela industrialização, apontam-se várias vantagens que esse processo trouxe para a região Nordeste. Entre os benefícios estão a produção de mercadorias de grande demanda na região, atenuando a importação, abertura de um mercado ponderável para a mão de obra qualificada, com repercussões no crescimento das estruturas universitárias, o desenvolvimento de atividades nas áreas de serviços, o estímulo ao desenvolvimento da rede rodoviária e o aumento da renda dos estados (ANDRADE, 1988).

O período do auge da Sudene proporcionou ao Nordeste uma posição de destaque em relação às demais regiões do país. No global, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no país. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do país em cerca de 10%; e

entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano) (MAIA GOMES apud ARAÚJO, 1995, p. 4).

Em 1974 foi implantado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha por finalidade o financiamento com a manutenção do crescimento, direcionando a atividade industrial para o setor de meios de produção. “O estado concentrou o plano em si e foi o principal agente das transformações, via empresas estatais e endividamento externo (estatização da dívida externa)” (LIMA, 2008, p. 26).

Guimarães Neto (1995, p. 17) destaca que:

Apesar da grande heterogeneidade e desigualdade ainda existentes na economia brasileira, há, durante a década de 1970, maior convergência das unidades federadas em torno da média nacional no que se refere ao produto Interno Bruto (PIB) por habitante, bem como se verifica desconcentração inter e intra-regional.

A autarquia foi extinta em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 2007, no governo Lula, é criada a nova Sudene. Entre a extinção e a criação do novo órgão, as ações de promoção do desenvolvimento da Região Nordeste ficou sob a responsabilidade da Adene, que foi extinta em 2007, para dar lugar à nova Sudene.

1.4 Sistema de incentivos fiscais em período recente

Com a recriação da Sudene, a política de incentivos fiscais permaneceu como o principal fator de atração de investimentos para o Nordeste com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais. Os benefícios fiscais concedidos às empresas pela Sudene são:

- a) Redução de 75% do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica):** beneficia as pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos, protocolizados até 31/12/2013, com a redução de 75% do imposto, inclusive adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos.
- *Implantação:* aquele que proporciona a entrada de uma nova unidade produtora no mercado.
 - *Diversificação:* aquele que introduz novas linhas de produção, com ou sem exclusão de linhas já existentes, para produzir um novo produto/serviço.

- *Modernização parcial*: aquele que introduz novas tecnologias, novos métodos e meios racionais de produção, modernizando parcialmente o processo produtivo de um empreendimento (uma ou mais linhas de produção).
- *Modernização total*: aquele que introduz novas tecnologias, novos métodos e meios racionais de produção, modernizando completamente o processo produtivo de um empreendimento (uma ou mais linhas de produção).
- *Ampliação*: aquele que amplia a capacidade real instalada do empreendimento (uma ou mais linhas de produção).

Os critérios para admissibilidade dos projetos são os seguintes:

- *Projeto de implantação*: quando o empreendimento atingir uma produção efetiva superior a 20% de sua capacidade real instalada.
- *Projeto de diversificação*: quando a linha de produção diversificada atingir uma produção efetiva superior a 20% de sua capacidade real instalada.
- *Projeto de modernização total*: quando a linha de produção modernizada atingir uma produção efetiva superior a 20% da nova capacidade real instalada.
- *Projeto de modernização parcial/projeto de ampliação*: a ampliação da capacidade real instalada deve ser de, no mínimo, 20% para empreendimento de infraestrutura ou estruturadores e de, no mínimo, 50% nos casos dos demais empreendimentos; e a produção efetiva deve esgotar a capacidade instalada anterior e atingir uma produção superior a 20% da capacidade incrementada.

b) Redução de 12,5% do IRPJ para empreendimentos existentes: beneficia as pessoas jurídicas que mantenham empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com a redução de 25% do Imposto de Renda, inclusive adicional não restituíveis, até 31/12/2008 e, a partir de 01/01/2009 até 31/12/2013, com redução de 12,5%.

c) Reinvestimento do IRPJ: beneficia as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2013.

- d) **Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM):** beneficia as pessoas jurídicas cujos empreendimentos se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste até 31 de dezembro de 2015, com a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.
- e) **Depreciação acelerada:** beneficia as pessoas jurídicas, que usufruem do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ, com a depreciação acelerada incentivada de bens adquiridos, para efeito de cálculo do Imposto sobre a Renda, e com o desconto dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Os incentivos fiscais federais, considerando o período da Sudene, foram fundamentais para a desconcentração industrial brasileira. O Nordeste se beneficiou dessa política atraindo um grande número de empresas para a região.

A partir do final dos anos 60 até a primeira metade da década de 80 a desconcentração do capital industrial em nível regional se manifestou de forma mais expressiva, e foi proporcionada por substanciais subsídios públicos, ocasionando à região Nordeste a obtenção de novas plantas industriais nos gêneros mais tradicionais, motivadas por estímulos que as regiões de origem dessas indústrias não conseguem mais oferecer (ALMEIDA, 2004, p. 40).

No final da década de 1980, por causa da crise econômica e fiscal, o estado foi perdendo a capacidade de financiamento, resultando numa nova forma de atuação estatal.

A interrupção do processo de desconcentração espacial, ou ao menos a redução de sua intensidade, pode ser creditada ao aprofundamento da crise e da instabilidade no final dos anos 80 e, sobretudo, à intensificação da crise fiscal e financeira do setor público, o qual, através dos seus gastos, de sua capacidade de financiamento e do seu poder de articulação das distintas frações do capital, foi o elemento indutor das grandes transformações ocorridas no país desde o início de sua industrialização (GUIMARÃES NETO, 1995, p. 37).

Entretanto, apesar das mudanças que a política regional da Sudene sofreu, após 1964, os principais indicadores (PIB e PIB industrial) mostram que houve melhoria na economia do Nordeste. Verifica-se na Tabela 1 que as regiões Norte, Nordeste e Sul apresentaram crescimento de sua participação no PIB nacional, ao tempo em que as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram redução de suas participações relativas ao PIB nacional.

Tabela 1 – Participação das regiões e unidades da federação no Produto Interno Bruto – Brasil – 1990-2008

Regiões/Estados	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
NORTE	4,4	4,6	3,8	4,6	5,0	4,2	4,3	4,1	4,2	4,2
NORDESTE	12,6	13,0	12,3	11,6	12,4	12,0	12,5	12,5	12,4	12,4
Maranhão	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0
Piauí	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Ceará	1,7	1,8	1,8	1,7	1,8	1,9	2,0	2,0	2,0	1,9
Rio Grande do Norte	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,7	0,8
Paraíba	0,8	0,8	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,7	2,8	2,5	2,3	2,5	2,3	2,4	2,3	2,4	2,3
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,3	4,3	4,2	4,0	4,2	3,7	3,8	3,9	3,9	3,9
SUDESTE	57,0	58,0	59,3	59,8	57,7	59,1	58,4	58,5	58,2	58,2
SUL	17,1	16,7	17,0	16,3	18,0	16,2	16,2	16,1	16,2	16,4
CENTRO-OESTE	8,7	7,8	7,6	7,9	7,1	8,4	8,6	8,8	9,0	8,8
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Regiões/Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
NORTE	4,4	4,5	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1
NORDESTE	12,4	12,6	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1
Maranhão	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6
Ceará	1,9	1,9	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8
Paraíba	0,8	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,3	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	3,9	3,9	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0
SUDESTE	58,3	57,7	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0
SUL	16,5	16,7	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6
CENTRO-OESTE	8,4	8,5	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2012).

Na década de 1990 a Paraíba representava 0,8% de participação PIB Nacional, percentual que manteve em 2008. Nos dezoito anos seguintes, houve apenas variações nos anos de 1992 (0,7%), 1993 (0,6%) e 2001 e 2002 (0,9%). O Nordeste apresentou crescimento em sua participação relativa no produto nacional, passando de 12,6% em 1990 para 13,1% em 2008.

CAPÍTULO 2

O PAPEL DOS ESTADOS NO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO: o caso da Paraíba

A Constituição de 1988 introduziu uma grande mudança na política de desenvolvimento regional, na medida em que colocou no estado federativo grande responsabilidade nesse processo. A partir daquele marco o uso da tributação estadual para essa finalidade foi potencializado.

Começa-se, neste capítulo, pela discussão sobre o uso do principal tributo estadual – ICMS – com a finalidade de atrair indústrias para os estados que concedem isenção desse tributo.

2.1 Incentivos fiscais estaduais

A Constituição de 1988 promoveu a descentralização dos gastos públicos, ficando a maior parcela a cargo dos estados e municípios, resultando numa maior autonomia dos estados para fixar, por leis próprias, as alíquotas do ICMS incidentes sobre as operações (MOUTINHO, 2003). Isso deu maior poder de negociação aos governos estaduais, que passaram a usar mais incentivos fiscais como forma de atrair indústrias para seus respectivos territórios.

A desregulamentação dos mercados e a abertura comercial no final da década de 1980 e início de 1990 inseriu o Brasil no contexto da globalização. Segundo Lyra (1996), as mudanças romperam com o modelo do processo de industrialização experimentado pelo país até o final dos anos 80.

O marco dessa mudança é atribuído ao governo do presidente Fernando Collor:

Foi quando a política de abertura comercial foi vigorosamente iniciada pondo fim à política de substituição de importações, reduzindo a intervenção estatal na economia, cortando subsídios e incentivos fiscais a empresas e produtos, e acelerando o processo de privatização (CABRAL, 2001, p. 35).

O processo de abertura da economia forçou as empresas a procurarem novos meios para maximizar seus lucros como forma de se manterem competitivas no mercado

globalizado. Os incentivos fiscais estaduais surgem nesse contexto como fator de influência para a escolha da localização da empresa. Esse benefício aumenta o grau de competitividade da empresa no contexto mercadológico. Os incentivos fiscais não são o único fator determinante para a instalação de uma empresa no estado. Incluem-se, também, nível de salários, questões logísticas (proximidade de fornecedores e clientes) e disponibilidade de recursos naturais. Guimarães Neto (1995) destaca que esses elementos são determinantes para a transferência de capitais.

Será focalizado neste ponto o polêmico Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM) criado, atribuído aos estados pela reforma tributária de 1967. O uso desordenado, pelos estados, de isenção para atrair indústrias, levou o Governo Militar, à época, a instituir a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, que criou o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). De acordo com a legislação, os incentivos fiscais só podem ser concedidos com a aprovação dos estados que formam o Confaz, formado por todas as unidades da federação, incluindo o Distrito Federal. Mesmo com penalidades previstas, a Lei raramente foi obedecida e as experiências bem sucedidas levam os outros estados a concederem benefícios. Para Varsano (1997, p. 1), “bastaria o cumprimento desta lei para que as guerras fiscais acabassem. Porém, a lei não é cumprida e ninguém toma a iniciativa de exigir a imposição das sanções previstas”.

Lima (2008, p. 51) destaca que “o Confaz perdeu gradativamente sua posição normatizadora, à medida que o Governo Federal diminuía sua participação na economia”.

De outra forma, Brasil (2005) destaca que:

Os incentivos estaduais consistem num pacote de ações adotadas pelos estados com o objetivo de influenciar na escolha da localização dos empreendimentos industriais, visando com isso atrair novos investimentos ou expandir os já existentes, induzindo assim, o desenvolvimento da economia local.

Cabe ressaltar que a Constituição de 1988 mantém o ICM com a denominação de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com a mesma atribuição aos estados. De acordo com Piancastelli e Perobelli (1996, p. 25):

Os esforços voltados à atração de investimentos e à geração de empregos por parte de todos os estados brasileiros têm sido baseados mais em concessões fiscais derivadas do ICMS, do que em políticas fiscais estáveis e duradouras.

Como a maioria dos estados brasileiros enfrenta dificuldades financeiras devido à redução do FPE² (Fundo de Participação Estadual) repassado pelo governo federal, a concessão de benefícios chega a ser um instrumento controverso de atração de investimentos. (PIANCASTELLI; PEROBELLI, 1996).

A disputa por instalação de indústrias nos estados originou o fenômeno chamado de guerra fiscal. Segundo Brito e Bonelli (1997, p. 2):

Os últimos anos têm assistido ao nascimento de formas alternativas de incentivo ao desenvolvimento industrial, praticadas em nível estadual e com recursos “próprios” dos estados. Trata-se do processo que tem como sua face mais visível o fenômeno comumente conhecido como “guerra fiscal” entre os estados da Federação.

A concessão de incentivos fiscais para implantação de programas de desenvolvimento ganhou destaque desde a década de 1960 e se mantém em prática até os dias atuais. Os benefícios concedidos são interpretados de forma controversa por alguns autores.

O custo inicial de um novo empreendimento industrial para os estados em que se instalam costuma extrapolar, em volume substancial, àqueles representados pela simples concessão de benefícios fiscais, já que é comum que as negociações com os estados visando à localização de empreendimentos industriais envolvam desde doação de áreas industriais até o fornecimento de toda a infraestrutura básica à porta do estabelecimento industrial (PIANCASTELLI; PEROBELLI, 1996, p. 28-29).

Varsano (2001, p. 20) aponta efeitos negativos na concessão de incentivos fiscais, mas ressalta pontos positivos da guerra fiscal:

Do ponto de vista de um dado estado, conceder incentivos fiscais para atrair investimentos parece ser um bom caminho para o desenvolvimento. A menos que a escolha do investidor fosse localizar-se no estado mesmo na ausência dos incentivos fiscais, o montante de receita tributária renunciada não existiria, de todo modo, se o benefício não fosse concedido. Além disso, a empresa atraída, afora seu impacto direto sobre a produção e o emprego, induz atividade econômica adicional, criando ainda mais postos de trabalho e renda e, conseqüentemente, alguma receita tributária adicional.

No entendimento de vários especialistas, o principal aspecto negativo da guerra fiscal é que esse tipo de concorrência é um jogo de soma zero, no sentido de que a partir de certo momento todos os competidores perderão. Mas esse marco localiza-se em horizonte muito

² Durante o período de 1997 a 2009, as transferências do FPE para o Estado da Paraíba aumentaram em 38%, em valores constantes. No período 1998 – 2004, as transferências do FPE calculadas sob o mesmo critério caíram, em média, 6,5%. O crescimento real dos valores transferidos para o estado só veio a acontecer a partir de 2005.

distante na visão dos governos dos estados menos favorecidos da federação. Os governadores do Nordeste conseguem se unir para reivindicar junto ao governo federal a manutenção das isenções do ICMS, que foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, em maio deste ano.

2.2 Incentivos fiscais à indústria na Paraíba

A Lei nº 1.564, de 25 de outubro de 1956, permitia a isenção dos impostos estaduais às indústrias que viessem a se instalar na Paraíba ou para aquelas que já estavam instaladas, levando-se em consideração critérios como o volume de capital a ser investido e o tipo de indústria. O período de isenção variava de 3 a 10 anos. Se no estado já existisse indústria similar para conseguir o benefício, era preciso investir o dobro do capital fixado na lei. Caso a indústria não utilizasse a matéria-prima local, o prazo de isenção caía pela metade.

Esses incentivos do estado da Paraíba complementavam os benefícios oferecidos pela Sudene, de natureza federal, válidos para toda a região nordestina.

Durante o mandato do governador Pedro Moreno Gondim, um entusiasta da industrialização, são criados dois importantes órgãos impulsionadores do desenvolvimento do estado: o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fagrín), criado pela Lei nº 2.031, de 8 de abril de 1959. E o Banco de Fomento Agrícola S.A. (Banfop), criado pela Lei nº 2.032, de 8 de abril de 1959.

O Fagrín concedia a empresas em fase de instalação colaboração financeira, a partir da participação de capital e projetos de investimentos ou incremento de capital de giro. Isso acontecerá quando este for julgado complemento indispensável da inversão fixa projetada, conforme art. 14 do Decreto Estadual nº 2.881, de 6 de junho de 1962.

Completando os incentivos federais e estaduais, o município de Campina Grande, através da Lei nº 47, de 8 de agosto de 1958, concedia isenção de impostos municipais, pelo prazo de dez anos, às indústrias novas de produtos sem similares que viessem a se instalar no município, o que seria feito após o parecer da Fiep, certificando que não havia indústria similar. A junção dos incentivos municipais, estaduais e federais se tornou um grande atrativo de Campina Grande para as indústrias que pretendiam se instalar na cidade.

Os mecanismos da política de industrialização do estado são geridos pela Cinep, que foi criada em 13 de novembro de 1967 através do Decreto nº 4.457. Os benefícios consistem num pacote de incentivos nos quais os principais são: o Fain, o Programa de Lotes e Galpões e o Fundo de Industrialização do estado da Paraíba (Fundesp).

Os benefícios relativos ao ICMS são geridos pela Cinep, que é um órgão vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia (SICTCT), através do Fain. O Fain foi criado em 29 de julho de 1986, através da Lei nº 4.856/86 (MOUTINHO, 2003).

A concessão do Fain é de 10 a 15 anos. O Fain é o principal mecanismo de fomento às atividades industriais e tem por finalidade a concessão de estímulos financeiros a projetos industriais e turísticos que sejam considerados como de relevante interesse para o desenvolvimento do estado e que se enquadrem em algum dos seguintes tipos de empreendimentos:

- **Implantados:** novos empreendimentos que estejam iniciando sua operação no estado.
- **Relocalizados:** os instalados fora do território do estado da Paraíba e que nele venham se relocar.
- **Revitalizados:** os desativados ou que se encontrem funcionando precariamente, que voltem a funcionar satisfatoriamente, inclusive os que implantem projetos de modernização.
- **Ampliados:** aqueles em atividade e que ampliem em pelo menos 35% sua capacidade nominal instalada.

O art. 2º do Decreto nº 17.252/94, estabelece que os estímulos financeiros do Fain podem ser concedidos através das seguintes operações:

- a) concessão de empréstimos com encargos subsidiados;
- b) subscrição de ações e debêntures, conversíveis ou não em ações;
- c) prestação de garantias, através do agente financeiro do Fain; e
- d) financiamento direto para investimentos fixos de capital de giro essencial.

De acordo com o art. 17 do Decreto nº 17.252/94 e suas alterações, o limite máximo a ser concedido como repasse (empréstimo) às empresas beneficiadas pelo Fain, incidente sobre o valor do ICMS repassado pelo tesouro do estado, recolhido em favor do fundo, é fixado nas seguintes bases:

- para empresas localizadas nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e Conde, o repasse é de 60%;

- para empresas localizadas nos municípios de Campina Grande e Queimadas, o repasse é de 80%; e
- para empresas localizadas no demais municípios da Paraíba, o repasse é de 100%.

Esses critérios têm por objetivo promover uma maior interiorização do processo de industrialização, visando reduzir as disparidades intraestaduais. O art. 17 do Decreto nº 17.252/94 considera, no entanto, que esses percentuais de repasse poderão ser fixados em condições diferentes, dependendo da necessidade e relevância que o conselho julgar ter o empreendimento para o estado. Porém, isso só poderá ocorrer mediante emissão de um Protocolo de Intenções que deverá ser assinado pelo governador do estado.

Analisando o PIB por setores, o industrial e o de comércios e serviços, verifica-se que apresentaram uma acelerada taxa de crescimento a partir dos anos 60. Na Paraíba, a agropecuária teve uma retração de quase 50%. O fraco desempenho da economia paraibana em relação à do Nordeste no período de 1960-1970 é atribuído à retração das atividades agrícolas decorrentes do declínio das culturas tradicionais (FIEP, 2010).

A Tabela 2 mostra, em termos relativos, que a agropecuária na Paraíba despencou e a indústria e o setor terciário aumentaram.

Tabela 2 – Participação dos setores na composição do PIB total – Paraíba – 1960-2009

PIB (em %)	1960	1970	1980	1990	2000	2007	2009
Setor Primário	56,80	26,80	17,70	14,40	11,70	5,00	5,70
Setor Secundário	9,00	14,80	26,50	24,10	27,90	20,10	22,10
Setor Terciário	34,30	58,40	55,70	61,50	60,30	74,90	72,20

Fonte: Ipeadata (2012) e Ideme (2012).

Como visto na Tabela 2, na década de 1960 o PIB agropecuário representa 56,8% na composição do PIB total da Paraíba. Com o passar dos anos, a contribuição da agricultura para a formação do PIB do estado caiu vertiginosamente, chegando a 5% em 2007 e aumentando para 5,7% em 2009. No mesmo período, o PIB industrial representava 9% do total, e o de comércio e serviços 34,3%. Com a atração de novas empresas para o estado, sobretudo a partir das décadas de 1980-1990, a participação do PIB industrial na composição total do PIB paraibano mais que dobrou, chegando a representar 20,1% em 2007 e 22,1% em 2009. A industrialização é considerada decisiva para a expansão de atividades de comércios e serviços, que, em termos percentuais, passaram de 34,3% para 72,2%.

2.3 Distribuição espacial da indústria na Paraíba

O estado da Paraíba está dividido em quatro mesorregiões (Sertão, Borborema, Agreste e Mata Paraibana) e 23 microrregiões. A mesorregião com maior extensão territorial é a do Sertão Paraibano, com pouco mais de 40% da área total do estado. O estado possui 223 municípios, dos quais 170 possuem atividade industrial. De acordo com o Cadastro Industrial da Fiep (2010), são 3.366 indústrias instaladas em todas as regiões.

2.3.1 Mesorregião do Sertão Paraibano

A mesorregião do Sertão Paraibano integra sete microrregiões (Catolé do Rocha, Sousa, Patos, Piancó, Cajazeiras, Itaporanga e Serra de Teixeira) e 86 municípios. De acordo com o Cadastro Industrial da Paraíba (FIEP, 2010), estão localizadas 638 indústrias em 53 municípios da região. Patos é o município mais populoso, com 100.674 habitantes (IBGE, 2010) e mais importante polo da região. As principais atividades da região são: fabricação de produtos alimentícios e bebidas (275 unidades), fabricação de produtos têxteis (75) e confecção do artigo do vestuário e acessórios.

2.3.2 Mesorregião da Borborema

A mesorregião da Borborema é integrada por quatro microrregiões (Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Cariri Ocidental e Cariri Oriental) e 43 municípios. Monteiro, com 30.852 habitantes (IBGE, 2010), é o município mais populoso e com maior concentração industrial, com 27 unidades. Na região estão instaladas 154 indústrias. As principais atividades são: fabricação de produtos alimentícios e bebidas (65 unidades), extração de minerais não metálicos (32) e fabricação de produtos minerais não metálicos.

2.3.3 Mesorregião do Agreste Paraibano

A mesorregião do Agreste Paraibano tem em sua composição sete microrregiões (Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro) e 66 municípios. Campina Grande, município polo, é considerado um dos principais centros industriais e tecnológicos da região Nordeste, e um dos maiores e mais populosos municípios do interior do Brasil, com 385.213 habitantes (IBGE, 2010). A região

tem 1.345 indústrias, sendo que, destas, 907 estão instaladas em Campina Grande. As principais atividades são: fabricação de produtos e bebidas (427 unidades), confecção do artigo do vestuário e acessórios (130) e construção (119).

2.3.4 Mesorregião da Mata Paraibana

A mesorregião da Mata Paraibana compreende a área litorânea do estado, integrada por quatro microrregiões (Litoral Norte, Litoral Sul, Sapé e João Pessoa) e 22 municípios. Nela se encontra a capital do estado, João Pessoa, o maior centro econômico e populacional da Paraíba, com 723.515 habitantes (IBGE, 2010).

A Tabela 3 mostra as atividades em cada mesorregião.

Tabela 3 – Indústrias nas mesorregiões por atividade – Paraíba – 2011

ATIVIDADE	Sertão	Borborema	Agreste	Mata	Total
Informática e serviços relacionados	–	–	7	8	15
Captação, tratamento e distribuição de água	–	–	–	1	1
Confecção do artigo do vestuário e acessórios	44	5	130	71	250
Construção	49	7	119	247	422
Correios e telecomunicações	–	–	–	1	1
Eletricidade e gás e água quente	1	–	2	3	6
Extração de minerais não metálicos	3	32	28	13	76
Artigos de borracha e plástico	8	–	49	43	100
Produtos minerais não metálicos	25	25	69	70	189
Ref. petróleo, combustíveis produção de álcool	–	–	–	6	6
Equipamentos para informática	–	–	1	–	1
Material eletrônico e de comunicação	–	–	5	2	7
Equipamentos hospitalares e óticos	–	–	3	8	11
Máquinas e equipamentos	–	–	23	14	37
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	–	–	14	4	18
Produtos de metal	22	4	46	52	124
Móveis e indústrias diversas	12	2	70	44	128
Outros equipamentos de transporte	–	–	2	3	5
Produtos de madeira	10	2	30	27	69
Produtos químicos	28	5	44	25	102
Produtos têxteis	75	1	20	20	116
Produtos alimentícios e bebidas	275	65	427	385	1152
Celulose, papel e produtos de papel	3	–	8	9	20
Fabricação produtos do fumo	2	–	4	1	7
Montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	2	–	15	4	21
Impressão, edição e reprodução de gravação	25	4	62	83	174
Metalúrgica básica	1	–	6	1	8
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	2	–	–	3	5
Artefatos de couro, calçados e artigos de viagem	39	2	97	18	158
Reciclagem	–	–	4	6	10
Reparação e manutenção de veículos automotores	12	–	60	57	129
Total de indústrias por região	638	154	1345	1229	3366

Fonte: Fiep (2011).

O setor de produtos alimentícios e bebidas é o que tem maior número de empresas em todo o estado, chegando a 1.152 unidades. A construção civil tem 422 empresas operando. Em seguida, o setor de artigos o vestuário, com 250 fábricas na Paraíba. São indústrias que estão presentes em todas as regiões estaduais.

CAPÍTULO 3

A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE

Localizada na mesorregião do Agreste, Campina Grande ocupa uma posição geográfica estratégica, servindo de ligação entre o interior do estado e a capital paraibana e até para outros estados. Antes de ser emancipada, Campina Grande era um vilarejo por onde os tropeiros vinham do Sertão e passavam pela cidade para escoar seus produtos, contribuindo para o crescimento do local. Nos lombos dos animais carregavam farinha, rapadura, peles e algodão, sendo este último o principal produto comercializado na cidade, ao ponto de ser chamado de “ouro branco”. No ápice da cultura do algodão, Campina Grande tornou-se conhecida internacionalmente.

A época do algodão foi uma era de glória, que deixou o Município de Campina Grande em plena evidência no contexto nacional, mas não se soube criar uma situação em que a agricultura campinense se estruturasse e crescesse. Inegavelmente esses produtos que eram produzidos em grande escala, elevaram a cidade ao contexto internacional, trazendo ao município grandes somas de rendas, chegando a ser a maior renda do estado da Paraíba (SOUSA, 2006, p. 71-72).

Um aspecto importante que impulsionou a economia da cidade foi a chegada do trem, em 2 de outubro de 1907, que transformou Campina Grande na segunda maior exportadora de algodão do mundo, perdendo apenas para Liverpool, na Inglaterra. Campina Grande se tornou, assim, um ponto comercial algodoeiro.

Na época, o comércio do algodão cultivado em vários municípios paraibanos escorria para Campina Grande, onde era empacotado e vendido para outros mercados. A cultura do algodão atravessou várias décadas, atingindo seu ápice na década de 1950.

Silva Júnior (2009) destaca que Campina Grande viveu dois ciclos econômicos importantes: o do algodão e o da industrialização, sendo que esses dois ciclos mostraram-se interlaçados. As primeiras indústrias que surgiram na cidade foram com base no algodão. No início do século XX beneficiavam e prensavam o algodão, e até a década de 1940 se constituíam nas principais e quase únicas unidades industriais.

Com a vinda de pessoas para esta cidade, começa-se o processo de beneficiamento de alguns produtos de importância para o estado. Com isto, surgiram as primeiras fábricas em Campina Grande, como foi o caso das fábricas de beneficiamento de algodão e de sisal. Com o advento do setor de transformação, surgiram a SANBRA, a ANDERSON

CLAYTON, Zé Marques de Almeida, e poucas outras empresas que tinham a finalidade de beneficiar produtos da terra para uso doméstico e até mesmo exportar. Foi desta forma que apareceu a indústria campinense. (SOUSA, 2006, p. 73)

A Sanbra (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.) era uma firma especializada em produtos como o agave, óleo e artigos comestíveis, além de trabalhar com o próprio algodão. Instalou-se em Campina Grande em 1935, sendo filial da empresa argentina Bunge Y Born, criada em 1884.

O surgimento de novas indústrias impulsionou novos setores além do têxtil, como, por exemplo, couro e alimentos. Na década de 1950, como relatado no Capítulo 1, o Nordeste é o centro das discussões sobre os mecanismos que o governo federal deveria adotar para acabar com os desequilíbrios regionais.

Dentro desse cenário de debates, Campina Grande sedia em 1956 o I Encontro de Bispos do Nordeste, um importante evento que revelaria à sociedade civil e ao governo a situação crítica em que vivia a maior parte da população da região.

Tal evento culminou com a elaboração de um documento que ficou conhecido com Carta dos Bispos, cujo teor conseguiu mais do que simplesmente sensibilizar as autoridades governamentais: conseguiu alterar de forma significativa às relações do Governo Federal com o Nordeste, que passou a ter, desde então, políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento (MONTENEGRO, 2009, p. 11).

Cinquenta anos depois, os bispos do Nordeste voltam a se reunir em Campina Grande para comemorar o cinquentenário e, também, avaliar as conquistas do primeiro encontro, mas, acima de tudo, para analisar quais motivos ainda fazem do Nordeste a região mais pobre do país e propor alternativas para atenuar os graves problemas pelos quais passava a região.

No evento realizado nos dias 28 e 29 de novembro de 2006, no Centro de Convenções, participaram 26 bispos e 700 inscritos, entre os quais: prefeito da cidade, governador, senadores, deputados, ministro da Integração Nacional, estudantes e organizações não governamentais (MONTENEGRO, 2009).

No encontro foram discutidos quatro eixos temáticos: 1) O Nordeste dos anos 50: desafios e propostas da época; 2) O Nordeste dos anos 50 e do ano atual: um balanço crítico; 3) Propostas para o Nordeste do século XXI: o Nordeste atual desafios e prioridades; e 4) O Nordeste atual e as políticas públicas prioritárias. O resultado das discussões foi o documento intitulado O Nordeste tem fome e sede numa região com elevadas potencialidades, que foi entregue aos governadores da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, que compõem o Regional Nordeste 2.

Embora a tentativa do encontro de 2006 tenha sido colocar o Nordeste novamente no centro das discussões das desigualdades regionais, percebe-se que, pelo documento entregue apenas a quatro governadores, o objetivo não foi atingido, o que não significa que as discussões não foram relevantes para a região. Não é objetivo deste trabalho investigar se as propostas discutidas foram colocadas em prática. O registro ao Encontro de Bispos do Nordeste pretende comprovar que, cinquenta anos depois, o tema pesquisado ainda tem relevância nas discussões que envolvem o desenvolvimento da região mais pobre do país.

Antes mesmo da criação da Sudene, Campina Grande mostrava sua vocação para o setor industrial. Na década de 1940 a cidade passa a ser a única cidade do interior do Brasil, não capital de estado, que se tornou sede de um órgão de liderança do processo de industrialização do país, a Fiep. A primeira diretoria da Fiep tomou posse em 17 de julho de 1949.

O município já incentivava suas indústrias e lutava por uma política de incentivos para industrializar a região. É claro que esta luta não era encabeçada por todos os setores da sociedade local, mas por um setor bem representativo e que consegue inclusive lançar candidatos com esta plataforma, como ocorreu em 1959, com o lançamento da candidatura do empresário Newton Rique (LIMA, 1996, p. 38).

Alves (1987, p. 21 apud SILVA JÚNIOR, 2009) ressalta que o desenvolvimento econômico de Campina Grande nos anos 1950-1960 atingiu, no conjunto de 92 municípios nordestinos selecionados pela Sudene, o 4º lugar em população e produção industrial, numa prova da potencialidade e vocação para o setor industrial da cidade. A respeito desse potencial da cidade, Lima (1996) destaca que, entre 1940 a 1960, o número de indústrias e de operários em Campina Grande era maior que os da capital João Pessoa.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos industriais e de operários – João Pessoa e Campina Grande – 1940-1960

MUNICÍPIOS	Nº de Estabelecimentos			Diferença		Nº de Operários		Diferença
	1940	1950	1960	1950/40	1960/50	1950	1960	1960/50
Campina Grande	87	93	212	6,8%	127,0%	1.202	2.588	115,30%
João Pessoa	96	111	186	15,6%	67,5%	2.396	1.446	-39,64%

Fonte: IBGE (apud LIMA, 1996).

Nesse contexto de expansão industrial, o empresário Newton Rique, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tem a candidatura lançada à prefeitura de Campina Grande para se opor às oligarquias tradicionais que tinham como principal proposta de governo o assistencialismo e era representada pelo Partido Social Democrático (PSD), com Severino

Cabral. Newton Rique defendia uma nova forma de ação do poder público, em consonância com a política desenvolvimentista e o projeto de industrialização (LIMA, 1996).

De acordo com Torres e Montenegro (2007), o confronto entre as duas correntes políticas refletiam o embate que se dava na região. Apesar de ambas defenderem a intervenção do estado para combater as disparidades regionais, tanto na forma como no conteúdo dessa intervenção, as duas correntes políticas divergiam de forma radical.

O programa de governo do candidato Newton Rique, intitulado Revolução da Prosperidade, trazia, entre outros pontos, o seguinte:

É preciso seguir o progresso e o progresso está na industrialização utilizando este privilégio de já ser um entreposto comercial. Não se resolve o problema da miséria em uma cidade de 100 mil habitantes, sem emprego e estes empregos só podem vir das atividades remuneradoras da indústria (SYLVESTRE apud MONTENEGRO, 2009).

O adversário, o então deputado Severino Cabral, do PSD, propõe, no Plano para Campina Grande, um item referente ao desenvolvimento rural, providências na área de educação rural, fomento agropecuário, criação do Banco Municipal de Crédito Cooperativo e construção de silos e armazéns, tudo voltado para um melhoramento da vida do homem do campo. Em relação à industrialização, a proposta de governo era sem objetivos concretos que pudessem incrementar a atividade (SYLVESTRE apud MONTENEGRO, 2009).

A proposta inovadora para a época não conseguiu seduzir a população campinense e Newton Rique saiu derrotado. Severino Cabral, ganhador do pleito municipal em 1959, estava muito mais identificado com os interesses agrícolas do que com os interesses industriais e teve como *slogan* de campanha Dividir, Doar e Ajudar, reforçando a política assistencialista.

Apesar da derrota, o grupo que lançou a candidatura do empresário Newton Roque continuou atuando em organismos paralelos à administração pública, como a Fiep e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (Fundact)³. De acordo com Lima (1996), “esta fundação, no período anterior à Sudene, procura orientar os industriais locais e os que desejarem se instalar na região, através de assessoria e elaboração de projetos industriais. Também tenta financiamentos e incentivos dos governos para estas indústrias”.

Mesmo depois da criação da Sudene, a Fundact continua a atuar na orientação dos industriais elaborando um guia de investimentos com a lista de todos os incentivos concedidos pelos governos nas esferas federal, estadual e municipal para o caso de Campina Grande. A atuação da entidade foi fundamental para que a cidade se preparasse para se alinhar

³ Entidade de caráter privado criada pela Lei municipal nº 48, de 28 de dezembro de 1957.

ao projeto de industrialização proposto pelo órgão federal, embora na época de mudança o município já contasse com um parque industrial desenvolvido.

Lima (1996) destaca alguns acontecimentos anteriores à criação da Sudene que mostram que Campina Grande tinha como projeto de desenvolvimento a industrialização e, por isso, tratou de criar uma infraestrutura que favorecesse às empresas que pretendiam se instalar na cidade:

- **1956** – o então governador do estado, José Américo de Almeida, inaugura os primeiros 20 km dos trechos Campina Grande – João Pessoa. Essa obra foi de grande importância para a cidade, pois possibilitou, de forma mais rápida, o acesso à capital do estado e ao porto localizado na cidade de Cabedelo.
- **1957** – industriais paulistas visitam Campina Grande, a convite do prefeito, para analisar as potencialidades econômicas e financeiras do município.
- Nesse mesmo ano é instalada a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (Comude), criada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande.
- Criada a Saneamento de Campina Grande S.A. (Sanesa), primeira sociedade mista de água e esgoto de todo o Brasil e também da América do Sul. A base do modelo da Sanesa serviu posteriormente para a criação da Companhia de Industrialização de Campina Grande (Cingra) e Telecomunicações de Campina Grande S.A. (Telingra).
- **1958** – Outro fator importante para o crescimento da cidade foi a inauguração da adutora de Boqueirão.
- **1959** – Projeto de Lei nº 14/59, que autoriza a criação do Banco do Município de Campina Grande S.A., com 51% das ações da prefeitura. Esse projeto é aprovado e transformado em lei em 26/04/1960.
- Projeto de Lei nº 59/59, que cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial (Fundagrim), aprovado em 14/05/1960;

O Distrito Industrial em fase de construção torna-se um diferencial para atração de novas indústrias por causa de toda a infraestrutura criada para receber os empreendimentos. A cidade destaca-se pelo número de projetos enviados à Sudene, conseguindo atrair importantes indústrias. O órgão só passa a liberar verbas para projetos de industrialização dois anos depois de sua criação, em 1961, quando é aprovado o seu primeiro Plano Diretor. Em 1962 Campina Grande era uma das cidades mais promissoras e uma das que mais cresciam em toda a região.

Lima (1996) destaca que, “no campo da indústria, a cidade contava com mais de 220 estabelecimentos industriais. Destes, 24 estabelecimentos com mais de 10 operários e 12 com mais de 50 operários”.

Em 1963 Newton Rique, do PTB, volta à disputa tendo como concorrente à prefeitura de Campina Grande Langsteine Almeida, do então Partido de Representação Popular (PRP). Dessa vez vitorioso, Rique coloca em prática o que propunha no seu programa de governo, o qual tinha como metas atrair indústrias de grande porte para a cidade, apoiar a pequena indústria e fortalecer a estrutura econômica do município.

Para isso, durante sua gestão, criou a Secretaria de Indústria e Comércio, que orientava a elaboração de projetos dos investidores interessados em se instalar na cidade. O resultado das ações foi a importância que Campina Grande ganhou no cenário nacional no que se refere à localização, infraestrutura, mão de obra e recursos naturais favoráveis para instalação de novas indústrias.

A localização e serviços de infraestrutura em nível favorável; energia e água abundantes e a baixo custo; apoio da Sudene e estímulos fiscais e financiamentos pelo estado e pelo próprio município, tornaram-se atrativos para que as indústrias se instalassem em Campina Grande. Com o objetivo de favorecer a política de industrialização, o prefeito Newton Rique criou, em 13 de dezembro de 1963, o Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande (Fumingra) e, no prazo de 60 dias, se comprometeu a criar a Cingra, que tinha como objetivo administrar o Fumingra.

De acordo com Nunes (2011), em 1964 Newton Rique é cassado depois de dar declarações afirmando ser contrário ao golpe militar, assumindo, em seu lugar, Williams Arruda. Embora não compartilhasse dos mesmos ideais, Arruda dá continuidade à política desenvolvimentista iniciada por Newton Rique e até inova em alguns setores, quando procura diversificar mais os investimentos públicos, investindo tanto em infraestrutura básica como na garantia de mão de obra qualificada.

A Cingra, criada pela Lei nº 88, de 24 de dezembro de 1963, tem como tripé administrativo a implantação de indústrias, financiamento a empresas e agenciamento de capital e *know-how*. Nesse contexto os criadores da Fundact acabam se tornando, posteriormente, os diretores da Cingra.

Porém, o destaque no campo da criação de infraestrutura para as indústrias é a criação do Distrito Industrial de Campina Grande, outro projeto iniciado durante a administração de Newton Rique e que teve continuidade com Williams Arruda. A instalação do Distrito Industrial foi de grande importância na atração de novas indústrias para o município.

3.1 Incentivos fiscais federais e a industrialização de Campina Grande

Conforme verificado anteriormente, impulsionada pelo ciclo do algodão na década de 1930, Campina Grande ganhava suas primeiras indústrias de grande porte e, nos anos 40, a industrialização caminhava a passos largos. Com a implantação da Sudene e as ações de infraestrutura que preparavam a cidade para receber novos empreendimentos, várias indústrias foram atraídas para o município. A favor da cidade pesavam a localização estratégica, os recursos naturais abundantes e os incentivos fiscais. Entre os incentivos fiscais federais podem-se destacar:

- Art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961: faculta às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de 50%, nas declarações do Imposto de Renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústrias consideradas pela Sudene de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.
- Art. 18 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959: isenta de quaisquer impostos e taxas a importação de equipamentos destinados ao Nordeste, considerados preferencialmente os das indústrias de base e de alimentação.
- Art. 19 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959: isenta de 50% do Imposto de Renda e do adicional sobre os lucros as indústrias que utilizam matéria-prima local. O § 2º, dessa lei deduz, para efeito de Imposto de Renda, as despesas atinentes a pesquisas minerais realizadas nas regiões Norte e Nordeste, por concessionários de pesquisas ou lavra e por empresas de mineração legalmente organizadas.

Na primeira década de instalação da Sudene, de 1961 a 1970, Campina Grande foi contemplada com a aprovação de 26 projetos industriais. Desses, 11 projetos foram de instalação de indústrias, 10 de ampliação e ou modernização e 5 de reformulação financeira, conforme mostra o Quadro 1 no Apêndice B. Nos primeiros cinco anos a cidade se destacou na aprovação de projetos do órgão federal:

Até 1965, conforme levantamento feito pela Sudene, Campina Grande se situou na quarta posição entre as cinco cidades nordestinas mais beneficiadas com projetos de implantação ou ampliação de fábricas, superando todas as capitais de estados e principais cidades da Região, exceto Recife, Salvador e Fortaleza. A cidade desenvolvia-se a passos largos. Segundo dados do SESI, em 1965, a indústria campinense já empregava mais que o comércio, tendo aquela 16.425 pessoas empregadas, enquanto este empregava 14.733 pessoas. E os projetos para a industrialização na cidade continuavam sendo aprovados pela Sudene (LIMA, 1996, p. 66).

O Quadro 1 no Apêndice B mostra que as indústrias de minerais não metálicos tiveram 8 projetos aprovados; a indústria metalúrgica 6; a têxtil 4; produtos alimentares 3; e papel/papelão, beneficiamento de lixo urbano, material elétrico, borracha e extrativismo vegetal, 1 projeto aprovado para cada indústria.

O período de maior aprovação de projetos para a cidade se deu exatamente entre 1965-1967, quando 15 projetos foram aprovados, predominando, nesse período, os minerais não metálicos e metalurgia.

Entre esses projetos dois merecem destaque: o projeto de implantação da Campina Grande Industrial Ltda. (Cande), produtora de tubos plásticos, e o projeto de implantação da Wallig Nordeste S.A., empresa de grande porte, produtora de fogões a gás. A instalação da Wallig serviu de exemplo para que outras indústrias de grande porte também se instalassem na cidade.

Na época da realização da pesquisa de Lima (1996), o autor afirma ter ocorrido uma retração na aprovação de projetos para o município de 1971 a 1980, destacando no texto que 14 projetos foram aprovados no período. Entretanto, na pesquisa realizada em 2012 na Coordenação de Incentivos Especiais da Sudene, foi verificada a necessidade de atualização dos dados, visto que outras empresas que não aparecem no trabalho supracitado foram beneficiadas com incentivos fiscais federais. No período foram aprovados 25 projetos, sendo 2 de reformulação financeira, 9 de ampliação, 7 de modernização, 5 de complementação e 3 de implantação de novas indústrias, como mostra o Quadro 2 no Apêndice B.

Comparando os Quadros 1 e 2, verifica-se que a quantidade de projetos aprovados para Campina Grande se mantém praticamente a mesma, sendo 26 entre 1961 e 1970 e 25 entre os anos de 1971 e 1980.

Na sua pesquisa, Lima (1996) conclui que, depois de um momento favorável após a instalação da Sudene, a indústria em Campina Grande passou a viver um momento de crise a partir da primeira metade da década de 1970, mais especificamente a partir de 1974, estendendo-se até 1992, período estudado pelo autor. Para comprovar sua hipótese, Lima (1996, p. 74) diz é preciso “compreender que o aumento do número de estabelecimentos, por si só, não representa um maior número de empregos, ou que a economia não esteja em crise”.

O maior problema apontado é a falta de solução para o desemprego na cidade, visto que muitos moradores da zona rural se transferiram para a zona urbana, mas não tiveram oportunidade no mercado de trabalho industrial. A pesquisa não especifica – nem tinha esse fim – quais os motivos da não absorção da mão de obra, ou seja, o mercado continuou com um considerável número de exército de reserva. Lima (1996) aponta que em 1974 Campina

Grande tinha 212 estabelecimentos industriais e em 1992 o número chegou a 939, destacando os setores que mais cresceram, como mostra a Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 – Número de estabelecimentos industriais – Campina Grande – 1974-1992

ATIVIDADE	1974	1979	1985	1992
Agropecuária	–	–	–	1
Extrativas de produtos minerais	3	7	4	12
Bebidas	6	4	5	3
Beneficiamento de madeira	12	26	42	35
Borracha	7	4	6	4
Construção e montagem de materiais de transporte	5	–	–	–
Construção civil	24	44	28	74
Couros e peles	9	9	6	8
Diversas	9	3	7	12
Editoriais e gráficas	14	18	23	44
Equipamento de proteção industrial	–	–	1	–
Extrativas de produtos vegetais	11	–	–	–
Fumo	1	–	–	–
Materiais plásticos	–	5	15	18
Material elétrico e telecomunicações	6	8	4	10
Mecânicas	12	–	10	11
Metalúrgicas	28	54	61	92
Mobiliário	21	37	29	52
Papel	3	2	4	4
Perfumes, sabões e velas	–	9	7	–
Produtos alimentares	77	82	116	153
Produtos farmacêuticos	–	1	2	4
Química	–	6	5	14
Reparação e conservação	–	62	254	122
Serviços industriais de utilidade pública	2	1	1	1
Têxteis	6	15	14	9
Transferência de minerais não metálicos	10	26	35	53
Vestuário, calçados e artigos de tecidos	25	22	48	203
TOTAL	291	445	727	939

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fiep (2010) e Lima (1996).

Das indústrias de Campina Grande, Lima (1996) destaca que as 939 indústrias que cidade tinha em 1992 eram assim distribuídas: 257 com mais de 5 operários; 36 com mais de 50 operários; 21 com mais de 100 operários; e apenas 1 com mais de 1.000 operários. Já João Pessoa possuía um menor número de indústrias, mas de maior porte. A capital, em 1992, tinha 863 indústrias assim distribuídas: 58 com mais de 50 operários; 30 com mais de 100 e 4 com mais de 1.000 operários, o que leva o autor a afirmar que a industrialização de João Pessoa superou a de Campina Grande.

Entre os diversos fatores que contribuíram para que a industrialização de Campina Grande entrasse em crise, dois são considerados aqui como essenciais. O primeiro é a quantidade de projetos aprovados pela Sudene, para o município, que fica aquém das expectativas; o segundo, bastante relacionado com o primeiro, é a mudança na política tributária adotada pelo regime militar após 1965, que passa a adotar uma política centralizadora privilegiando as capitais em detrimento das cidades de porte médio como Campina Grande (LIMA, 1996, p. 76).

O fechamento da Wallig em 1979 é considerado como fato mais marcante da crise. A indústria chegou a oferecer 1.500 empregos diretos e produzir 22.500 fogões por mês. Outras empresas importantes fecharam as portas, como a Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba (Coopersisal, criada em 1974), Sanbra, Susy, Bravisa, Sanca, Mimonor, Sibral, Fracalanza, Incopresa e Fibrasa, enquanto que várias empresas reduziram seu ritmo de atividades e, portanto, passaram a oferecer menos empregos.

Com o fechamento das grandes indústrias, que empregavam muitas pessoas e também eram as que remuneravam melhor esta mão-de-obra, restaram aos trabalhadores duas alternativas: o desemprego puro e simples ou a tentativa de sobreviver no mercado informal. Daí o grande crescimento do setor de construção civil, vestuário e artefatos de tecidos para viagens, produtos alimentares, mobiliário, serviços de reparação e conservação etc. Estes setores, em geral, não estabelecem vínculos empregatícios e, principalmente, os dois setores que mais cresceram nos últimos 20 anos, ou seja, vestuário e tecidos para viagens, que incluem bolsas, sacolas, cintos etc., e o setor de serviços de reparação e conservação, na sua grande maioria, são apenas pequenas fábricas conhecidas como fábricas ou oficinas de fundo de quintal (LIMA, 1996, p. 82).

Para justificar sua assertiva, o autor ressalta que, devido à crise, um setor que cresceu foi o comércio ambulante, que, em sua maioria, comercializa os produtos dessas fabriquetas. No final de 1995 a cidade contava com 2.500 vendedores ambulantes e 500 vendedores praticistas filiados ao sindicato da categoria. Embora os dados apresentados sejam substanciais, a proposta neste item é analisar se houve uma estagnação no número de empregos nos setores de construção civil, vestuário e artefatos de tecidos para viagens, produtos alimentares, mobiliário. Para isso, fez-se um recorte de sete anos, de 1985 a 1992, que compreende os últimos anos pesquisados por Lima (1996). A Tabela 6 mostra a evolução do emprego formal com base na Rais (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No caso da construção civil, o setor tinha 1.128 empregos em 1985 e, durante o período, há uma oscilação, chegando o setor a encerrar o ano de 1992 com 1.151 postos de trabalho. O mobiliário sofre o decréscimo no período, caindo de 180 empregos para 120. Em relação ao setor de calçados que Lima (1996) cita como fábricas de fundo de quintal sem

geração de vínculos empregatícios, foi o setor que mais cresceu, saindo de 367 postos de trabalho no ano de 1985 para 1.980 no final de 1992.

Tabela 6 – Evolução do emprego formal segundo os segmentos produtivos – números absolutos – 1985-1992

SEGMENTOS PRODUTIVOS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Extrativa mineral	143	175	158	127	116	134	130	123
Minerais não metálicos	778	912	824	701	675	593	504	529
Metalúrgica	491	583	526	610	686	760	593	458
Mecânica	287	243	258	177	156	126	105	93
Material elétrico e de comunicação	304	317	350	334	301	343	260	238
Material de transporte	–	8	2	1	–	7	6	4
Madeira e mobiliário	180	206	229	192	161	158	152	120
Papel, papelão, editorial e gráfica	459	538	514	510	493	459	429	368
Borracha, couro, fumo, peles	1094	1487	695	1649	1785	1619	1740	358
Química	619	730	756	749	660	591	560	638
Vestuário e artefatos de tecidos	1087	1492	1287	1174	1347	1302	1548	1590
Calçados	367	478	534	522	526	782	764	1980
Produtos alimentícios e bebidas	1717	1641	1883	1842	1784	1904	2047	1745
Serviços industriais de utilidade pública	974	1013	1036	1060	675	740	736	454
Construção civil	1128	1052	1520	1751	1589	1813	1579	1151
TOTAL	9628	10.875	10.574	11.399	10.954	11.331	11.153	9940

Fonte: MTE (2012).

Embora alguns setores tenham aumento o número de empregos formais, o PIB municipal, conforme mostra a Tabela 7, apresentou um período de pequeno crescimento entre 1980 e 1990.

Tabela 7 – Taxa de crescimento anual do PIB – Paraíba e Campina Grande – 1970-1996

PERÍODO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Paraíba	Campina Grande
1970-1975	9,50	9,26
1975-1980	5,98	7,82
1980-1985	2,31	1,95
1985-1990	5,45	0,55
1990-1996	2,13	0,01

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag-CG) (1997 apud SILVA JÚNIOR 2009).

Outro dado a ser observado na década de 1980 é que a indústria de Campina Grande continua a receber incentivos fiscais através de projetos da Sudene. No período de 1981 a 1990, 49 projetos foram aprovados pela Sudene para indústrias de Campina Grande, sendo assim distribuídos em relação ao seu enquadramento: 1 de reformulação técnica, 1 de modernização, 17 de complementação, 16 de ampliação e 14 de instalação. Nesse aspecto

ressalta-se que o órgão federal tem importância para as empresas que já estavam instaladas e necessitam de incentivos fiscais para investir em infraestrutura. Os dados revelam um acréscimo no número de projetos aprovados na cidade, o que significa, em outras palavras, um maior apoio do órgão federal às empresas de Campina Grande. O Quadro 3 no Apêndice B mostra as empresas que receberam o benefício entre 1981 e 1990.

No período de 1991 a 2000, o número de projetos pela Sudene para Campina Grande foi ainda maior que no período anterior. O órgão federal concedeu incentivos fiscais às indústrias por meio da aprovação de 71 projetos, sendo assim distribuídos em relação ao seu enquadramento: 3 de modernização, 14 de ampliação, 8 de diversificação, 45 de instalação e 1 de transferência da Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas), que havia se instalado em Campina Grande com a unidade da Empresa Brasileira de Fiação e Tecidos S.A. (Embratex), tendo recebido o primeiro incentivo fiscal da Sudene em 1997. Como em 1999 houve fusão da Embratex à marca Coteminas, o incentivo fiscal foi transferido. O Quadro 4 no Apêndice B discrimina o nome das empresas beneficiárias no período.

Analisando o IDH de Campina Grande, verifica-se um crescimento no período supracitado. O IDH é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: PIB *per capita* (calculado com base na paridade de poder de compra); educação (taxa de alfabetização da população adulta e número médio de anos cursados na escola); nível de saúde (expectativa de vida da população e taxa de mortalidade infantil). O IDH varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1 maior o IDH de um local.

A Tabela 8 mostra o IDH de Campina Grande nos anos de 1991 e 2000, o que denota uma evolução em todos os setores.

Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Campina Grande – 1991-2000

Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
Campina Grande	0,647	0,721	0,614	0,678	0,585	0,641	0,741	0,844

Fonte: Pnud (2003).

Entre os municípios paraibanos, Campina Grande apresenta o 3º IDH, ficando atrás da capital João Pessoa e de Cabedelo, como mostra a Tabela 9.

Tabela 9 – Ranking do IDH dos 10 primeiros municípios – Paraíba – 2000

Município	IDH
João Pessoa	0,783
Cabedelo	0,757
Campina Grande	0,721
Várzea	0,697
Bayeux	0,689
Boa Vista	0,688
Cajazeiras	0,685
Cabaceiras	0,682
Patos	0,678
Santa Luzia	0,676

Fonte: Pnud (2003).

Em fevereiro de 2001 a Sudene deixou de existir, depois que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assinou uma Medida Provisória extinguindo as superintendência e, juntamente com ela, as respectivas modalidades de incentivos fiscais para a região Nordeste do país.

O principal motivo que levou o governo a decidir acabar com a Sudene foi o grande número de denúncias de desvios de recursos públicos que seriam destinados para projetos de desenvolvimento. O que era para desenvolver acabou virando fraude. Jornais da época relatam que o rombo na Sudene passou dos R\$ 2,2 bilhões.

No lugar da Sudene, o governo decidiu criar a Adene (Agência de Desenvolvimento do Nordeste).

A extinção da antiga Sudene e a criação da Adene resultaram da iniciativa do governo federal concretizada na edição da Medida Provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001. No entanto, a criação da Adene, sem a mínima condição de levar adiante a política de desenvolvimento que havia sido iniciada com sucesso pela Sudene, sofreu severa rejeição da sociedade nordestina, abrindo espaço para a discussão de propostas alternativas quanto à política de desenvolvimento regional (SUDENE, 2012).

O reflexo da falta de ação da Adene pode ser observado no número de projetos aprovados para Campina Grande no período em que esteve em operação, de 2001 a 2006. Tanto é que o primeiro projeto aprovado pela Agência Nacional de Desenvolvimento para a cidade só ocorre em 2002. Em relação ao número, a queda é vertiginosa. No período de 2001 a 2006, apenas 19 projetos tiveram aprovação da Adene, sendo assim distribuídos: 7 de modernização, 3 de diversificação, 2 de ampliação, 3 de instalação, 1 de retificação, 1 de redução de incentivos (caindo de 75% para 37,5% da São Paulo Alpargatas S.A.), 1 de transferência de incentivos (da Coteminas, que passa a ter 100% de isenção) e 1 projeto que beneficiou Termo PU – Poliuretanos Ltda., que, no documento fornecido pelo órgão federal,

não consta o motivo do incentivo fiscal. O Quadro 5 no Apêndice B mostra as empresas incentivadas pela Adene de 2001 a 2006.

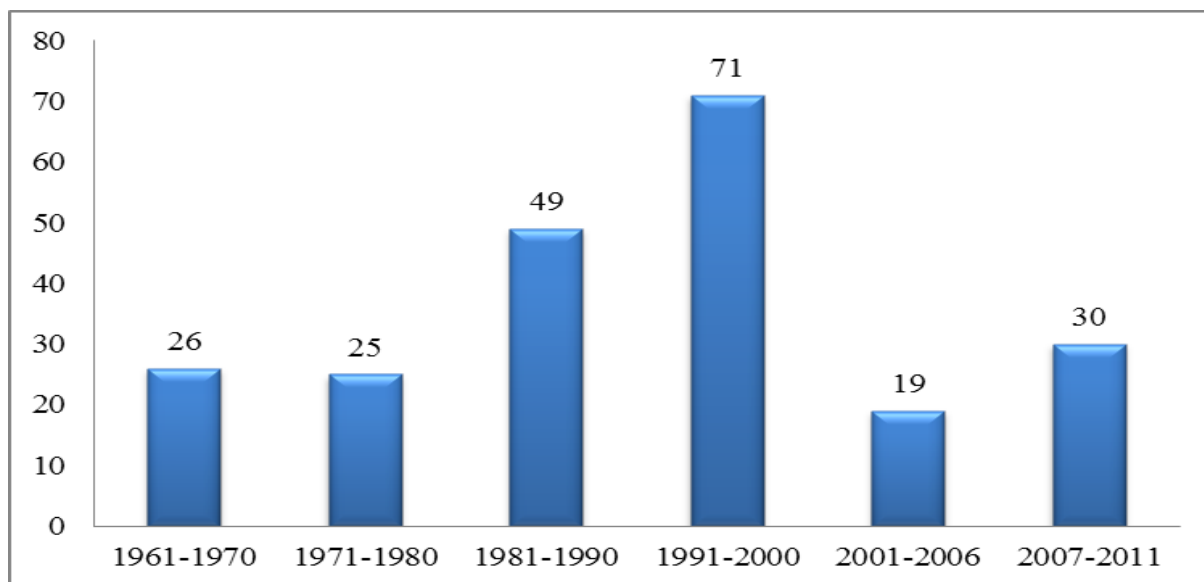
A instituição da nova Sudene, por meio da Lei Complementar nº 125/2007, veio em resposta aos anseios da população nordestina, manifestos no amplo processo de mobilização das forças sociais, políticas e econômicas da região, ocorrido no período 2001-2003, onde se tornou evidente a inadequada configuração institucional da Adene e a necessidade de implantação de uma nova instituição de desenvolvimento regional legalmente aparelhada e administrativamente dotada de organização e recursos suficientes para por em marcha uma nova sistemática de articulação interfederativa e planejamento participativo capaz de promover a necessária aceleração do processo de incorporação da região na expectativa da retomada do desenvolvimento nacional interrompido com a recessão de 1980.

No primeiro ano de reinício das operações da Sudene, mais uma vez, como acontecera na década de 1960, indústrias que já estavam instaladas em Campina Grande e outras que pela cidade optaram foram contempladas com incentivos fiscais do órgão federal. No total, 7 indústrias foram beneficiadas com 9 projetos aprovados, sendo que 3 foram de instalação, 1 de modernização total, 1 de enquadramento, e 4 de isenção do AFRMM, como mostra o Quadro 6 no Apêndice B.

A política de incentivos continuou a ser importante para a manutenção das indústrias de Campina Grande. Em 2008 6 empresas foram beneficiadas com incentivos fiscais, sendo assim distribuídas em 7 projetos: 2 de instalações, 3 de modernizações total, 1 de enquadramento e 1 de isenção do ARFMM.

No ano seguinte houve uma redução no número de projetos aprovados pela Sudene, sendo 2 de modernizações totais, 1 de instalação e 1 de diversificação. Em 2010 apenas 2 empresas foram contempladas com incentivos para instalação e modernização total. Em 2011 7 indústrias foram beneficiadas com projetos, sendo 1 de modernização total, 1 de diversificação, 1 de ampliação e 4 de isenção do AFRMM.

O Gráfico 1 mostra a quantidade de projetos aprovados pela Sudene e Adene em Campina Grande no período de 50 anos, chegando ao total de 220 projetos aprovados de incentivos fiscais federais para indústrias da cidade. Verifica-se que de 1991 a 2000 foi o período que o órgão liberou mais incentivos fiscais, no total de 71 projetos aprovados.

Gráfico 1 – Projetos de incentivos fiscais aprovados – Campina Grande – 1961-2011

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sudene (2012).

3.2 Incentivos fiscais estaduais e a industrialização de Campina Grande

Antes de 1988 vários estados utilizavam concessões fiscais por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), com a promulgação da Constituição de 1988 os estados e municípios tiveram aumento nas participações da arrecadação tributária da União, o que flexibilizou o mecanismo de incentivos fiscais. Com a reforma constitucional, o ICM teve sua base de incidência ampliada com a incorporação dos impostos únicos preexistentes e dos tributos sobre serviços, passando o imposto a se denominar ICMS. Desde então ficou determinado que 75% do ICMS devem ser apropriados pelo estado e os 25% restantes rateados entre os municípios que pertencem àquele estado.

Essa mudança possibilitou ao estado conceder incentivos fiscais, renunciando parte de sua receita orçamentária com o objetivo de estimular o investimento privado no intuito de criar novas unidades produtivas ou de ampliação das já existentes, gerando, assim, uma maior oferta de emprego no setor.

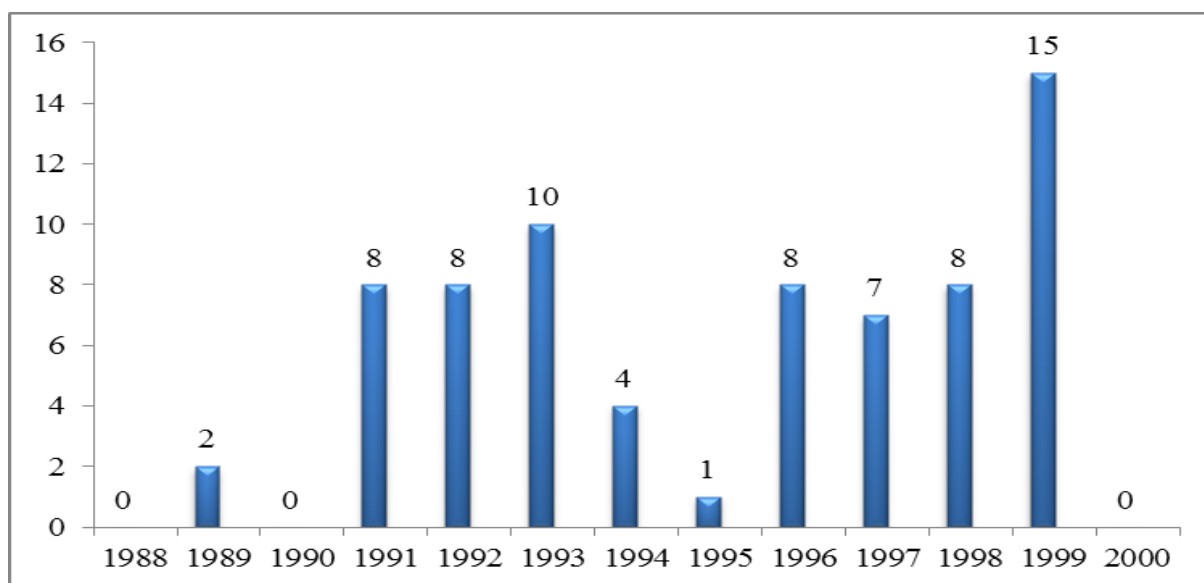
Criado em 29 de julho de 1986 através da Lei nº 4.856, o Fain é o principal mecanismo de concessão de incentivos fiscais para atração de novas indústrias e ampliação das já existentes no estado. Com o arrefecimento da política de incentivos fiscais federais, os incentivos estaduais passaram a ser grande atrativo para as empresas. No caso específico de Campina Grande, no ano de promulgação da Constituição (1988), a cidade não foi beneficiada com projetos do Fain, como mostra Tabela 10, mas nos anos seguintes novas indústrias surgiram:

Tabela 10 – Empresas beneficiárias do Fain – Campina Grande – 1988-2000

ANO	QUANTIDADE DE EMPRESAS
1988	0
1989	2
1990	0
1991	8
1992	8
1993	10
1994	4
1995	1
1996	8
1997	7
1998	8
1999	15
2000	0
TOTAL	71

Fonte: Cinep (apud BRASIL, 2005).

No ano seguinte (1989) a cidade teve duas empresas contempladas com benefícios do Fain. Com exceção de 1990 e 2000, em todos os outros anos desse período empresas foram beneficiadas com incentivos fiscais. O ano em que o maior número de empresas tiveram projetos aprovados foi 1999, chegando a 15 unidades produtivas. O Gráfico 2 mostra a evolução do número de empresas beneficiadas em Campina Grande:

Gráfico 2 – Número de empresas beneficiadas pelo Fain – Campina Grande – 1988-2000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Cinep (apud BRASIL, 2005).

Os dados disponibilizados pela Cinep para esta pesquisa só contemplaram o período de 2000 a 2011, o que impossibilitou uma pesquisa mais detalhada nos anos anteriores. Para fins de pesquisa quantitativa foram usados os dados da pesquisa de Brasil (2005).

A partir de 2001 é possível um detalhamento dos projetos aprovados pelo Fain e o ramo de atividade das empresas beneficiárias, entretanto os nomes das empresas beneficiadas não foram fornecidos pelo órgão estadual. Na Tabela 11 estão detalhados os tipos de enquadramento dos projetos que foram aprovados.

Tabela 11 – Empresas beneficiárias do Fain por enquadramento – Campina Grande – 2001-2011

Enquadramento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Novo	1	2	7	5	1	9	1	3	7	2	–	37
Ampliado	–	1	–	1	–	1	–	–	–	–	2	3
Revitalizado	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	–	3
Modernizado	–	1	6	4	–	–	–	–	–	–	–	11
Relocalizado	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
Total	2	4	14	11	1	11	1	3	7	1	2	54

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Cinep (2012).

Na Tabela 11 destaca-se que a maioria dos projetos de incentivos fiscais estaduais foi aprovada para a implantação de novas indústrias na Paraíba. Das 54 beneficiárias do Fain, 34 foram para empreendimentos novos, o que representa 68,5% do total.

Na Tabela 12 é verificado que o setor que mais recebeu incentivos fiscais no período de 2001-2011 foi o de calçados e artefatos de couro, com 14 projetos aprovados no Fain. Outro setor que merece destaque é o de minerais não metálicos, em que 8 indústrias receberam benefícios do Fain.

Tabela 12 – Empresas beneficiárias do Fain por ramo de atividade – Campina Grande – 2001-2011

RAMOS DE ATIVIDADE	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Calçados e artefatos de couro	–	1	6	2	1	1	–	–	1	2	–	14
Diversos	–	–	–	1	–	–	–	2	1	–	–	4
Editorial e gráfica	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	1
Elétrico e de comunicação	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
Mecânica	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Metalúrgica	–	–	2	1	–	1	–	–	–	–	–	4
Minerais não metálicos	–	–	–	–	–	3	–	2	3	–	–	8
Mobiliário	–	1	–	1	–	1	–	–	2	–	–	5
Papel e papelão	1	–	–	1	–	1	–	–	–	–	–	3
Perfumaria, sabão e vela	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	2
Produtos alimentares	–	1	–	1	–	–	–	–	–	–	2	4
Produtos de materiais plásticos	–	–	3	2	–	1	–	–	–	–	–	6
Química	–	–	1	–	–	1	1	–	–	–	–	3
Têxtil	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Vestuário e artefatos de tecido	–	1	1	–	–	1	–	–	–	–	–	3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Cinep (2012).

Analisando o período de 10 anos, de 2000 a 2009, verifica-se que o PIB industrial de Campina Grande apresentou uma maior taxa de crescimento anual em termos percentuais que o PIB total em 2000, 2001, 2002, 2003 e 2005, conforme verificado na Tabela 13:

Tabela 13 – Taxa de crescimento anual do PIB industrial e PIB total – Campina Grande – 2000-2009

PIB (%)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Industrial	29,65	8,19	32,48	23,96	5,3	11,44	12,08	13,16	10,75	10,89
Total	14,78	6,44	10,79	20,18	7,22	4,2	22,48	13,96	11,61	12,61

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2010).

Apesar de ter apresentado uma taxa de crescimento menor em alguns anos do período 2000-2009, a participação do PIB industrial em relação ao PIB total de Campina Grande cresceu nos dois primeiros anos (2000 e 2001) e, mesmo tendo crescido em outros, se manteve muito próximo do percentual de 30%, conforme mostra a Tabela 14.

Tabela 14 – Participação dos setores em relação ao PIB total – Campina Grande – 2000-2009

PIB	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	0,45	0,39	0,42	0,52	0,45	0,46	0,43	0,26	0,40	0,36
Indústria	24,85	25,26	30,21	31,16	30,60	32,72	29,95	29,74	29,51	29,06
Serviços	61,05	60,51	57,94	56,23	56,52	55,20	58,12	58,95	58,88	59,76
Impostos	13,63	13,81	11,42	12,07	12,57	11,59	11,48	11,03	11,20	10,80
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: Por conta dos arredondamentos, alguns totais não fecham em 100%.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2010).

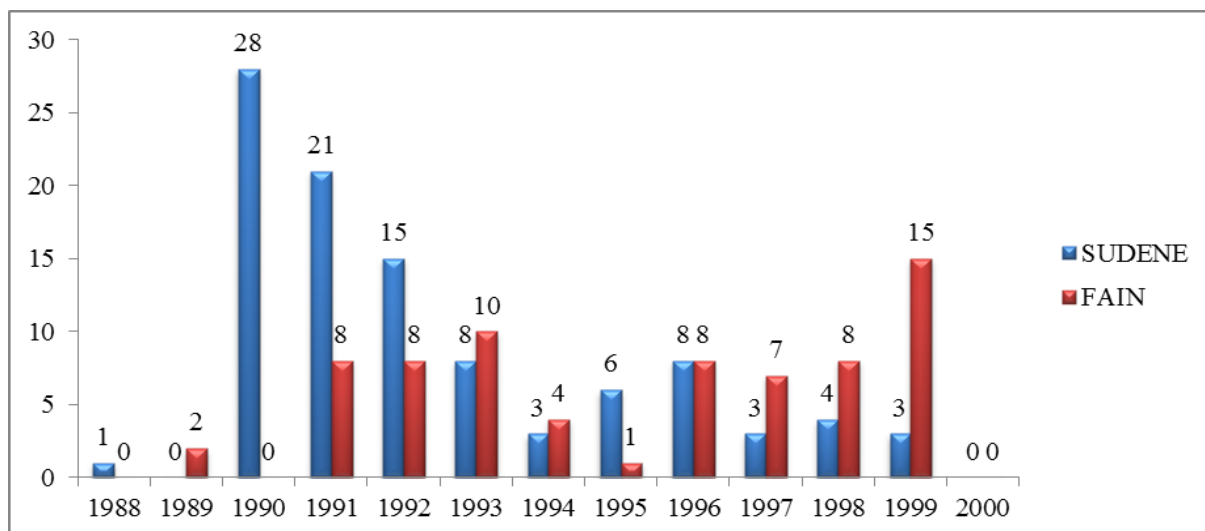
A partir de 1988, quando os estados federativos ganharam mais autonomia para gerir a renúncia do ICMS como forma de atrair de novas indústrias, observa-se empiricamente que os incentivos fiscais estaduais se tornaram o principal instrumento da política de renúncia fiscal, levando alguns especialistas a afirmarem que os incentivos fiscais federais saíram do cenário, tendo a Sudene se tornado uma mera coadjuvante nesse processo de reconfiguração do espaço industrial do Nordeste, no caso desta pesquisa, da cidade de Campina Grande.

Entretanto, para chegar a uma conclusão mais precisa, faz-se necessário um comparativo entre o número de projetos aprovados pela Sudene (incentivo fiscal federal) e a Cinep, através do Fain (incentivo fiscal estadual). A análise será feita quantitativamente, levando-se em consideração o período de 1988 a 2011. Nesse período a Sudene aprovou 150 projetos em Campina Grande, enquanto que 125 projetos foram aprovados pelo governo do estado por meio do Fain. Uma diferença de 25 projetos em pouco mais de 20 anos. Observa-

se que a Sudene continua desempenhando um importante papel no que se refere aos incentivos fiscais para a indústria. Para uma melhor visualização, dividiu-se o período em dois intervalos: 1988-2000 e 2001-2011.

O Gráfico 3 mostra a quantidade de projetos aprovados a cada ano pelos órgãos federal e estadual no período inicial de 1988-2000:

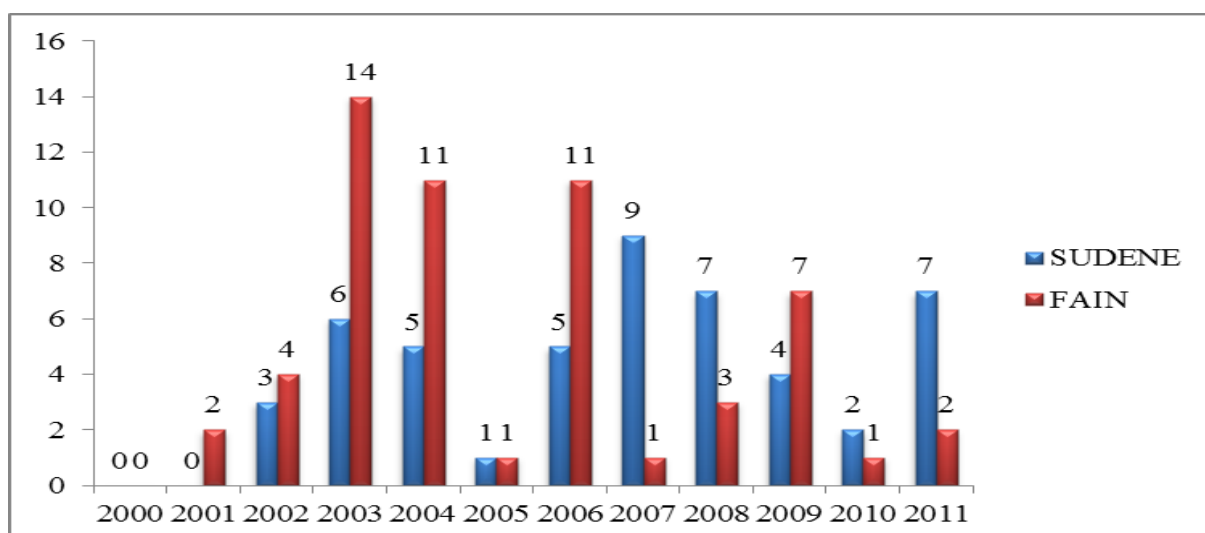
Gráfico 3 – Projetos aprovados pela Sudene e Fain – Campina Grande – 1988-2000



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sudene (2012) e Cinep (2012).

O Gráfico 4 mostra a quantidade de projetos aprovados a cada ano pelos órgãos federal e estadual no período inicial de 2001-2011:

Gráfico 4 – Projetos aprovados pela Sudene e Fain – Campina Grande – 2001-2011



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sudene (2012) e Cinep (2012).

Analisando todo o período estudado referente à Sudene (1961-2011) e ao Fain (1988-2011), é verificado que 220 projetos foram aprovados pelo governo federal e 125 pelo governo estadual, através da Cinep. Nenhum dos dois órgãos disponibilizou os valores financeiros dos investimentos que foram feitos na cidade.

Considerando que várias empresas receberam mais de uma vez os incentivos fiscais da Sudene, o Quadro 7 no Apêndice B apresenta as indústrias que foram beneficiadas mas que encerraram as atividades, de acordo com o cadastro industrial da Fiep, disponível no sítio da entidade. No total 65 empresas não estão mais em atividade em Campina Grande, sendo que, destas, duas se transferiram para outras cidades: Emanuel Colagens, para Queimadas, e São Braz S.A., para Cabedelo, no litoral do estado. Na análise foi levado em conta o ano do primeiro incentivo federal.

Tabela 15 – Número de indústrias e ramo de atividade – Campina Grande – 2011

RAMO DE ATIVIDADE	Nº DE INDÚSTRIAS
Atividades de informática e serviços relacionados	6
Confecção do artigo do vestuário e acessórios	100
Construção	99
Impressão, edição e reprodução de gravação	47
Eletricidade, gás e água quente	2
Extração de minerais não metálicos	17
Fabricação de máquinas para escritório e informática	1
Fabricação material eletrônico e equipamentos de comunicação	5
Fabricação de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	43
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	13
Fabricação instrumentos médicos hospitalares, instrumentos de precisão e ótica	3
Fabricação de artigos de borracha e plástico	40
Fabricação celulose, papel e produtos e papel	8
Fabricação de máquinas e equipamentos	20
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12
Fabricação de móveis e indústrias diversas	52
Fabricação de outros equipamentos de transporte	2
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	184
Fabricação produtos de madeira	16
Fabricação produtos do fumo	2
Fabricação produtos minerais não metálicos	39
Fabricação produtos químicos	33
Fabricação produtos têxteis	15
Metalúrgica básica	6
Preparação de couros, fabricação artefatos de couro, calçados e artigos de viagem	83
Reciclagem	3
Reparação e manutenção de veículos automotores	56
Total de indústrias	907

Fonte: Fiep (2011).

Apesar do fechamento dessas 65 indústrias, o número total de estabelecimentos permaneceu praticamente o mesmo de 20 anos atrás. Em 1992, conforme apresentado

anteriormente na Tabela 5, Campina Grande tinha 939 estabelecimentos industriais e, de acordo com o Cadastro Industrial da Fiep, no final de 2011 eram 907 indústrias, contemplando 27 atividades. As principais atividades, como mostra a Tabela 15 acima são: fabricação de alimentos e bebidas (184 unidades), confecção (100), construção (99) e fabricação de artigos de couros (83).

3.3 Estudo de campo de duas empresas localizadas em Campina Grande

3.3.1 Coteminas

A história da Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas) começou no dia 31 de março de 1950 pelas mãos do ex-vice-presidente da República do Governo Lula, o empresário mineiro José Alencar Gomes da Silva, que morreu em 29 de março de 2011. Ele abriu uma loja de duas portas no município mineiro de Caratinga, chamada A Queimadeira. Aos 18 anos de idade, tendo completado apenas o primeiro ano do ginásio, Alencar dera o primeiro passo para a criação de um império.

No sítio da empresa são identificados os locais onde estão instaladas as fábricas: quatro em Montes Claros (MG), três em São Gonçalo do Amarante e Macaíba (RN), três em João Pessoa e Campina Grande (PB) e uma em Blumenau (SC), além de uma unidade fabril na Argentina. A companhia mineira é a maior do setor têxtil no Brasil e figura, também, entre uma das gigantes no mundo no segmento têxtil.

Uma das bases nas quais a Coteminas se calçou para um desenvolvimento rápido e sustentado ao longo dos anos é o uso de recursos e incentivos fiscais da Sudene. O ex-presidente da empresa, José de Alencar, em entrevista à Agência Sebrae de Notícias (ASN, 2002), afirmou que:

Se não fosse a existência da Sudene provavelmente não estaríamos realizando esse trabalho admirável, com 11 fábricas e apenas uma fora da área da Sudene e, mesmo assim, não foi feita por nós, foi comprada. São três fábricas no Rio Grande do Norte, três na Paraíba e quatro em Minas Gerais. Só na área da Sudene, oferecemos mais de 10 mil empregos diretos. Uma empresa que nasceu da estaca zero. Foi realmente graças aos incentivos da Sudene que, quando bem utilizados, são um sucesso. O que deveriam ter feito é prender aqueles que desviaram o dinheiro do órgão e não fechá-lo.

Desde 1994, quando José Alencar decidiu deixar a vida empresarial de lado para se dedicar integralmente à política, a Coteminas é presidida pelo filho caçula do ex-vice-

presidente da República, Josué Christiano Gomes da Silva, que também atribui à Sudene o sucesso do grupo. A Coteminas foi classificada na faixa de prioridade A, o que significava que, a cada real investido pelo empresário, a Sudene aportava três.

A Coteminas existe graças à Sudene. Na década de 70, o órgão classificava os projetos de acordo com a região em que estavam localizados e o número de empregos gerados [...] Muitos maus empresários corromperam o instrumento para ter lucro na implantação e não na operação do projeto (BERGAMASCO, 2009).

A empresa mineira chegou a Campina Grande em 1995 com a unidade da Embratex. Os incentivos fiscais da Sudene (redução do IRPJ) só foram liberados depois do início da operação da fábrica, em 1997, conforme mostra o Quadro 4 Anexo B. O diretor industrial da Coteminas na Paraíba, Magno Rossi, aponta que, antes mesmo de ser beneficiada com os incentivos, a indústria trouxe benefícios para a cidade.

Para se ter uma ideia, na implantação, quando a empresa não tinha nenhum benefício fiscal, os benefícios que o estado teve só com a quantidade de gente empregada e material utilizado foi muito grande. No período de obras eram quatro mil pessoas trabalhando na empresa. O giro de produtos utilizados e gente que veio para Campina Grande que morou dois, três anos na cidade, os benefícios já começaram a voltar nesta época (ROSSI, 2012).

Na época da instalação feita com recursos próprios, a Embratex implantou duas fábricas em Campina Grande. Em 1999, depois da fusão da Embratex à Coteminas, foi feita a transferência de incentivos, conforme Quadro 4 no Anexo B. Em 2005 houve uma nova ampliação e no ano seguinte tiveram três projetos aprovados pela Sudene: um de transferência de incentivos, chegando à redução de 100% do IRPJ, e dois de modernização total. Em 2007 novamente foi beneficiada com mais um projeto da Sudene, com a isenção do AFRMM.

A mão de obra é oriunda de Campina Grande e de cidades próximas, como Queimadas, Lagoa Seca, Pocinhos, Puxinanã, englobando, também, outras cidades da região. O grau de escolaridade tem sido cada vez mais exigido como requisito para contratação.

Hoje na nossa empresa não tem ninguém que não tenha pelo menos o primeiro grau completo. Já temos um bom percentual de segundo grau completo. E já temos pessoas inclusive que se formaram com a gente no primeiro e segundo grau completo e já passaram no vestibular. E isso tem sido crescente porque o programa de qualificação que a empresa implanta desde 1995 é um programa que sabe que o sucesso da empresa está na qualificação da mão de obra. A gente também pode falar que as escolas que formam os nossos profissionais são de muito bom nível. A qualidade do ensino das escolas técnicas tanto em Campina Grande como em João Pessoa forma grandes profissionais (ROSSI, 2012).

Na instalação da empresa foi necessário treinar a mão de obra para operar as máquinas da indústria. Nesse aspecto, o polo educacional de Campina Grande foi fundamental para a formação profissional dos funcionários.

Um grande parceiro nosso tem sido o Senai, um grande formador de mão de obra e que nos ajudou muito, principalmente na implantação da fábrica em Campina Grande. Começamos do zero. Contratamos todas as pessoas, foram treinadas, foram preparadas e passaram pelos diversos estágios. E o Senai, a Escola Técnica Redentorista e a Universidade Federal de Campina Grande nos ajudaram bastante e nós somos muito gratos por esse trabalho que foi feito, que é o sucesso da empresa (ROSSI, 2012).

A unidade fabril de Campina Grande produzia fios no início da operação e, a partir de 2006, com a ampliação, passou a fabricar tecidos planos (para lençol) não acabados. A matéria-prima produzida é transferida para a fábrica de João Pessoa. Além da indústria na capital paraibana, atende empresas do grupo no Rio Grande do Norte (Natal), Minas Gerais (Montes Claros) e em Blumenau (Santa Catarina). Atende, também, o mercado externo com clientes de fios em outras regiões, principalmente no Centro-Sul, na região de Santa Catarina.

A ligação histórica da cidade com o ciclo do algodão influenciou na escolha da Coteminas em instalar uma fábrica em Campina Grande. Entretanto, é importante ressaltar que a cidade não é produtora de matéria-prima para a indústria. A maior parte do algodão usado na fábrica vem dos estados do Mato Grosso, Bahia e Goiás, que hoje são os grandes produtores da cultura do país. Como acontecera no início do século XX, a posição geográfica estratégica da cidade novamente a favoreceu.

A cidade de Campina Grande permite que a empresa esteja perto de grandes centros do Nordeste, de portos. A Paraíba sempre teve uma malha rodoviária muito bem conversada, muito boa, que permite o acesso aos diversos outros estados. Tenho visto que a parte de logística nossa tem melhorado, temos agora a BR-101 duplicada, o Porto do Suape que cresceu muito, temos até o Ceará com o Porto de Pecém e o Porto de Cabedelo (ROSSI, 2012).

Apenas posição estratégica não seria suficiente para atrair a unidade da Coteminas para Campina Grande. Na época do processo de escolha outros estados ofereciam como diferencial os incentivos fiscais. Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais tinham intenção de atrair o investimento. A Coteminas é beneficiária de incentivos estaduais, através do Fain, e de incentivos federais da Sudene: redução do Imposto de Renda e isenção do AFRMM.

Os incentivos foram fatores decisivos na opção por Campina Grande, pelo estado da Paraíba. Os incentivos fiscais são uma forma de regiões em que ainda não ocorre o desenvolvimento tentar atrair empresas. Eu acho que é altamente favorável. É uma prática que existe em todo mundo, não é uma prática só do Brasil. Eu acho que quando ele é colocado de uma forma que faz uma geração de emprego, e de uma forma que você tem o benefício fiscal quando você faz a operação, eu considero um modelo atrativo e bastante interessante, porque o estado, na verdade, está dando alguma coisa quando a operação começa (ROSSI, 2012).

A intervenção estatal na economia não é algo novo. As políticas regionais começaram na década de 1930, tendo os Estados Unidos e Reino Unido como os pioneiros. A partir de então, um tratamento diferenciado às regiões foi incorporado à política de desenvolvimento regional e amplamente difundido. O objetivo básico dos incentivos fiscais é criar condições para atrair investimentos que não seriam possíveis se não fosse a concessão dos benefícios, tendo como meta principal reduzir as desigualdades das regiões (DA COSTA, 1994).

No caso específico de Campina Grande, a priori, o principal resultado da atração de novas indústrias e ampliação das existentes estaria focado na geração de empregos. A Coteminas, na época da entrevista, empregava 1.700 pessoas. Entretanto, vários setores foram beneficiados com a instalação da fábrica na cidade.

Eu tenho certeza que o incentivo retorna pela grande cadeia que se cria no ciclo de implantação e duração da empresa. Hoje a folha de pagamento é praticamente toda usada na região de Campina Grande. Vários parceiros meus têm funcionários que trabalham indiretamente pra mim e que geram um ciclo econômico. Posto de gasolina, padaria, farmácia, supermercado, provavelmente tem gente na minha empresa que comprou casa, deve ter construído casa, deve ter feito lote. Eu sempre falo de um exemplo muito simples. Quando eu estive na Alça Sudoeste, onde está implantada a empresa, em 1995, eu tenho foto que ao redor da fábrica não tinha nada. Hoje, depois de 15 anos, a região está toda ocupada. Toda a Alça Sudoeste, principalmente próximo à empresa, está ocupada porque depois da instalação da fábrica vieram vários outros investimentos na sequência. Eu considero isso uma sequência de um trabalho que começou com a implantação e que trouxe uma série de frutos para a sociedade, que foi uma geração em cadeia. Lá na fábrica de Campina Grande, para se ter uma ideia, em média de 150 a 200 caminhões entram e saem todos os dias da unidade. Vai no posto de gasolina, almoça, vai na farmácia, compra uma roupa, tem manutenção de carro, compra peça, oficina, vai no comércio local, dorme na cidade e isso gera uma cadeia que não sei nem como mensurar. E ainda tem outra vantagem: a empresa, desde quando se instalou, utiliza muito o comércio local para suas compras, ou melhor, o comércio da redondeza. Uma série de vantagens. Além disso, utiliza convênios médicos locais para os funcionários, a gente faz cursos utilizando profissionais locais para a capacitação. Eu poderia citar inúmeros outros benefícios locais que são utilizados pela empresa. Em relação ao incentivo fiscal, a palavra certa é troca, porque o estado abriu mão de alguma coisa e, em contrapartida, voltou várias outras que, na minha visão, são muito maiores. A cadeia que se forma, que eu nem sei como mensurar a cadeia que geramos, começa com o caminhoneiro, o posto de gasolina, o cara que faz a refeição, o cara que entrega (ROSSI, 2012).

Durante a realização desta pesquisa, em março de 2012, a Coteminas fechou as duas unidades das fábricas no Rio Grande do Norte, para explorar um dos segmentos que mais crescem no país: o imobiliário. O investimento no Rio Grande do Norte será de R\$ 1 bilhão. O projeto imobiliário vai viabilizar uma área de 885 mil metros quadrados na cidade de São Gonçalo do Amarante. As unidades de Campina Grande e João Pessoa são cotadas para compensar a redução de produção no estado vizinho. Magno Rossi assegurou que as filiais paraibanas possuem tecnologia, qualidade e mão de obra suficiente para suprir as necessidades da companhia. No entanto, essa ampliação dependerá da análise de conjuntura feita pela Coteminas e da demanda que o mercado apresentar.

3.3.2 N3 Computadores

A N3 Computadores foi implantada em outubro de 2005, com um investimento inicial de R\$ 500 mil, ocupando uma área de 3.000 m², no Condomínio Industrial Wallig, no Distrito Industrial de Campina Grande. O condomínio funciona na antiga fábrica de fogões Wallig, que fechou em 1979. Estão instaladas, além da N3, mais 13 empresas das áreas de injeção de plástico, fabricação de mangueiras, confecções, móveis, gráfica, mecânica, onde são gerados mais de mil empregos diretos.

A operação da fábrica de computadores começou em 2006 e a produção tem aumentado, em média, 40% a cada ano desde a instalação. No primeiro ano (seis meses de operação) o faturamento chegou a 9 milhões de reais. Em 2011, foi de 84 milhões de reais o faturamento. No início a linha de produção na montagem de *desktops* tinha capacidade de produção de 700 a 800 máquinas por mês. Hoje a capacidade é de 12 a 13 mil máquinas por mês, incluindo *desktops* e *notebooks*. A empresa tem uma filial em Recife.

No início a gente fazia a montagem de *desktops* e fazia a distribuição de partes e peças. Em seguida passamos a fazer a montagem de *notebooks* também. Depois adquirimos a linha de produção de placas e a gente passou a produzir a nossa própria placa mãe de *notebooks*, *desktops*, memória e estamos desenvolvendo novos produtos, como placa de vídeo. Hoje a gente faz toda a parte de placas e presta serviços para empresas, como a Philco. Hoje a gente ainda distribui placas e peças. Antes o maior faturamento era de placas e peças. E hoje o maior faturamento vem da venda de *desktops*, *notebooks* e placas produzidas por nós (MOURA, 2012).

A mão de obra da fábrica inicialmente tinha 12 funcionários. Na época da entrevista, 165 funcionários trabalhavam na N3 Computadores. No quadro de empregados havia dois engenheiros, técnicos formados na Escola Técnica Redentorista e a maioria dos funcionários

(os montadores) é formada por pessoas que encontraram na fábrica o primeiro emprego, entre as quais muitas donas de casa. Desse pessoal não é exigida formação, apenas a habilidade manual. O diretor industrial da N3 Computadores relatou que todos passaram por um treinamento na fábrica.

O quadro efetivo hoje é formado, pela maioria, de mulheres. Exatamente pela questão da habilidade manual, delicadeza. Hoje a fábrica monta *desktops*, *notebooks*, placa mãe de computador e de *notebook*, placa de vídeo, memória. O que a gente lida hoje é delicado, exige um grau de qualidade grande e, sem sombra de dúvida, o efetivo feminino desempenha melhor essa função. A única exigência nossa era que tivesse a vontade de aprender e habilidade manual (MOURA, 2012).

A exemplo do que tem ocorrido ao longo dos anos, os moradores dos municípios circunvizinhos se beneficiam da industrialização de Campina Grande. Sem oportunidade nos locais de origem, encontram na cidade oportunidade de emprego. Convém ressaltar que as indústrias não têm capacidade para absorver toda a mão de obra disponível no mercado. Entretanto parte desse efetivo é absorvida pelas empresas locais. Na N3 Computadores, além de funcionários de Campina Grande, a empresa tem empregados que moram em Queimadas (15 Km de distância), Pocinhos (21 Km), Esperança (28 Km), Lagoa Seca (7 Km), Alagoa Grande (53 Km), Serra Branca (100 Km) e Areia (41 Km).

Estados como Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte chegaram a oferecer incentivos fiscais a N3 Computadores. A posição geográfica estratégica de Campina Grande foi levada em consideração na instalação da fábrica na Paraíba.

E isso também é um dos motivos de a gente ter deixado de ir para Ilhéus, que está a 300 Km de Salvador, e Campina Grande está mais equidistante do ponto de vista de Nordeste. Eu consigo varrer do Ceará a Maceió sem nenhum problema. E eu consigo fazer a entrega num prazo de 48 horas. Em termos de distribuição, é terrestre, mas alguma coisa sai aérea, mas o frete é muito oneroso. Em termos de matéria prima é marítimo (MOURA, 2012).

Com outros estados oferecendo incentivos fiscais, a posição geográfica estratégica de Campina Grande não seria suficiente para atrair a indústria. O primeiro incentivo fiscal recebido pela N3 Computadores foi concedido pelo governo do estado através do Fain, gerido pela Cinep. De acordo com Moura (2012) “na área de informática, para você crescer e competir com quem já está no mercado atuando, como Dell e HP, sem incentivos fiscais não dá. Os incentivos fiscais foram determinantes”.

A partir de 2007, conforme verificado no Quadro 6 no Anexo B, a N3 Computadores passou a contar com os incentivos fiscais federais, através de projetos aprovados pela Sudene, com a isenção do AFRMM. Em 2009 foi aprovado o projeto de redução do Imposto de Renda. E em 2011 mais um projeto foi aprovado, dessa vez para a diversificação da linha de produção. Além desses incentivos, a fábrica também participa do PPB (Processo Produtivo Básico), que estabelece regras para concessão do benefício.

A gente faz parte hoje do incentivo do governo federal, que é PPB (Processo Produtivo Básico). E, com isso, nossos produtos têm isenção do IPI. Nosso *notebook*, *desktop*, placa mãe, o IPI é zero na saída. E, pra isso, algumas regras têm que ser obedecidas. Um bom pedaço da nossa matéria-prima vem da China. Mas a gente tem que atender às regras do PPB. Que regras são essas? Dez por cento do HD tem que ser comprado nacional, então a gente compra ele nacional. A memória tem que ser 100% nacional ou montada aqui dentro. Então eu monto internamente. A placa mãe tem que ser 100% nacional ou montada internamente. Eu monto aqui dentro. Antes a gente importava a placa mãe e vendia com IPI na saída, 15%. Depois eu comprava nacional puxando toda a cadeia. E agora eu produzo a minha própria placa. Essas regras do PPB fazem com que a gente adquira uma grande quantidade de material nacional. A gente consegue competir, a gente tira 15% da ponta, reduzindo o preço. Na verdade, esse mercado da muamba, a cada ano que passa, está diminuindo. As pessoas estão aprendendo que, trilhar o caminho certinho dos impostos, através dos incentivos federais e estaduais, conseguem fabricar seu produto, ter lucro e vender competindo com qualquer fabricante (MOURA, 2012).

A competição na área de informática tem se tornado cada dia mais acirrada devido aos produtos importados, alguns de má qualidade, que chegam ao Brasil a preços menores que o fabricado em território nacional. Para o consumidor, na maioria das vezes, é levado em consideração apenas o fator preço. Diante dessa realidade, sem os incentivos fiscais, uma empresa como a N3 Computadores estaria fora do mercado.

Eu acho que a grande coisa que se tem que pensar em incentivos fiscais é: primeiro eu não conseguiria sobreviver e competir sem incentivos, ficaria extremamente difícil. Porque a briga na nossa área está na casa de um real. A gente chega a ganhar por causa de um real de diferença. A briga é acirrada. E sem o incentivo essa briga não existiria, teria o ICMS, 15% de IPI, eu estaria fora completamente. Não teria nem como entrar para competir. O compromisso do governo do estado da proposta quando nos procurou era perder na arrecadação de impostos, mas ganhar na geração de empregos. Essa é a troca. Comecei com 12 funcionários, já estou com 165 e devo fechar 2012 chegando aos 250 funcionários. Eu acho que, na minha opinião, não é perder imposto ou deixar de arrecadar. É uma troca, é um escambo: imposto *versus* emprego. E eu acho o que a Paraíba precisa hoje é de emprego. A Paraíba precisa absorver cada vez mais indústrias. Estão aí Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco crescendo absurdamente através da atração de indústrias, grandes empreendimentos. E não tem outra forma de atrair se não for através de incentivos, de planejamento tributário. Se estão crescendo é porque está dando certo. É porque a fórmula funciona. Trocar imposto por geração de emprego e renda é um fórmula indiscutível porque os estados estão aí para comprovar (MOURA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerada uma das regiões mais atrasadas do país, o Nordeste esteve no foco das discussões sobre a redução das desigualdades regionais nas primeiras décadas do século XX. Entre as políticas implantadas pelo governo federal, a que tinha como base a descentralização econômica visava a atração de indústrias para a região com a concessão de incentivos fiscais.

Diante desse cenário, esta pesquisa partiu da afirmativa de alguns autores que afirmaram que a Sudene atendeu muito mais à vontade do capitalismo que aos anseios populares da época, pois o que aconteceu foi a expansão, para o Nordeste, das empresas oligopolistas do Centro-Sul, transformando numa reprodução ampliada do capital que já dominava outras regiões do país. Outra hipótese, esta muita mais ligada ao discurso dos governos estaduais, é de que o órgão federal não desempenha mais seu papel, ficando única e exclusivamente a cargo do estado a concessão de benefícios fiscais.

Tomando como objeto empírico de análise Campina Grande e considerando o período de 50 anos (1961-2011) de incentivos fiscais federais e os de 1988-2011 como recorte para estudo dos incentivos fiscais concedidos pelo estado, este trabalho buscou compreender como se deu o processo na cidade.

Os resultados obtidos apontam para perspectiva da importância dos incentivos fiscais para a industrialização em Campina Grande. Na primeira década da Sudene (1961-1970), ficou na quarta posição entre as cinco cidades nordestinas mais beneficiadas com projetos de implantação ou ampliação de fábricas, superando todas as capitais de estados e principais cidades da região, exceto Recife, Salvador e Fortaleza. Nesse primeiro momento é possível perceber, por meio do tipo de enquadramento dos 26 projetos aprovados, que menos da metade se destinava à implantação de novas indústrias, 11 no total. Além desses, foram aprovados 10 para ampliação e 5 para reformulação, o que significa que as empresas beneficiadas já estavam instaladas no local.

O cenário se manteve nas duas décadas seguintes (1971-1990), quando 74 projetos foram aprovados pela Sudene para indústrias de Campina Grande. Desse total, apenas 17 eram destinados à instalação de novas unidades, o que representa um percentual de aproximadamente 23%, ou seja, menos de 1/4 do total. Os outros 57 projetos foram: reformulação, complementação e modernização.

No período de 1991 a 2000, o número de projetos aprovados pela Sudene para Campina Grande concedeu incentivos fiscais às indústrias por meio da aprovação de 71 projetos. Nessa década houve uma mudança, sendo a maior parte dos benefícios concedidos

às novas indústrias. Na época foram aprovados 45 projetos de instalação, o que representa cerca de 63% do total.

A exemplo do que ocorreu em todo o Nordeste, a extinção da Sudene foi prejudicial para a indústria campinense. A Adene não conseguiu repetir as ações do órgão anterior. De 2001 a 2006, apenas 19 projetos foram aprovados na cidade, sendo 3 de instalação de novas indústrias.

Com a recriação da Sudene em 2007, o número de projetos aprovados voltou a crescer em Campina Grande, chegando a 29 do período inicial até 2011. Desse total, apenas 7 foram para implantação, ou seja, aproximadamente 24%.

As denúncias de corrupção que levaram à extinção da Sudene, aliadas à Constituição de 1988, que deu maior poder aos estados para negociar os incentivos fiscais, criou o discurso de que o órgão federal deixou de conceder incentivos fiscais, ficando o estado como o principal financiador do benefício. Não se pode deixar de reconhecer a importância dos incentivos estaduais para a industrialização de Campina Grande nas décadas mais recentes, entretanto, os resultados deste trabalho demonstram que a Sudene tem desempenhado um importante papel na política de industrialização.

Considerando o período de 1988-2011, a Sudene aprovou 150 projetos em Campina Grande, enquanto que 125 projetos foram aprovados pelo governo do estado por meio do Fain. Entretanto, o que se percebe é que as ações estaduais ganharam mais repercussão na sociedade. Uma observação empírica leva a considerar que o fato de o governo estadual transformar em solenidade, com a cobertura da mídia, a assinatura de um protocolo de intenções, é que tem contribuído para superestimar a atuação do estado federativo. De outra maneira, a aprovação de projetos da Sudene ocorre de maneira silenciosa, o que leva a sociedade a acreditar na pouca atuação, ou quase inexistência do órgão.

Embora a industrialização em Campina Grande não tenha sido capaz de absorver toda a mão de obra excedente, principalmente porque moradores de cidades circunvizinhas passaram a disputar com os campinenses vagas no mercado de trabalho, é preciso considerar que o número de empregos, em alguns setores, aumentou em determinados períodos. O setor de calçados foi o que mais cresceu no período de 1985 a 1992, saindo de 367 postos de trabalho no ano de 1985 para 1980 no final de 1992.

A localização estratégica de Campina Grande ao longo dos anos tem sido destacada como importante diferencial para o seu desenvolvimento econômico, pois historicamente tem servido de ligação entre o interior do estado e a capital paraibana e até para outros estados. Apenas esse fator não é capaz de atrair novos investimentos para a cidade, devido à guerra

fiscal travada pelos estados, que oferecem incentivos fiscais para a instalação de novas indústrias ou ampliações das já existentes.

No estudo de campo realizado com a N3 Computadores, de Pernambuco, e a Coteminas, de Minas Gerais, foi verificado que a localização estratégica da cidade foi levada em consideração para a escolha da instalação das indústrias. Porém, como outros estados ofereceram incentivos fiscais, Campina Grande só foi contemplada com os investimentos porque tanto a Cinep, por meio do Fain, como a Sudene também concederam benefícios às indústrias.

Nesta pesquisa ficou explicitado que a mão de obra das duas indústrias é composta por moradores de cidades próximas a Campina Grande. A partir dessa perspectiva, sugere-se como trabalho futuro analisar a importância da industrialização campinense para a região e, ao mesmo tempo, verificar se a maior parte dos trabalhadores é de Campina Grande ou de outras cidades. A relação da industrialização e o crescimento da população em algumas áreas da cidade não fizeram parte dos objetivos deste trabalho, mas também pode ser tema de pesquisas futuras.

Foi verificada a mudança da composição do PIB da cidade, sendo que hoje a maior parte provém do setor de serviços e a indústria vem logo em seguida. Seria viável, em outra pesquisa, relacionar o crescimento do setor de serviços com a industrialização campinense.

Durante o período estudado dos incentivos fiscais da Sudene, foi constatado que 220 projetos foram aprovados na cidade. Por outro lado, 65 empresas encerraram suas atividades em Campina Grande. Uma delas foi a fábrica de fogões Wallig, onde hoje funciona o condomínio industrial em que está localizada a N3 Computadores. Outros exemplos de reutilização da planta industrial e que não foram citados neste trabalho ocorrem na cidade. Diante disso, como sugestão de pesquisa estaria a verificação de como estão sendo utilizadas as áreas onde funcionavam essas indústrias, visto que cada vez mais as cidades dispõem de menos espaços para a indústria.

Apesar de não ter conseguido diminuir por completo as desigualdades regionais, a descentralização industrial através dos incentivos fiscais tem suprido a ausência de políticas nacionais de desenvolvimento, sendo o elemento responsável ao menos pela manutenção das taxas de crescimento de determinados estados.

Diante do que foi verificado nesta pesquisa, uma reflexão precisa ser feita. O modelo de descentralização industrial implantando pela Sudene a partir da década de 1960 tem sido alvo de críticas que levam a uma pergunta: se, com a atração de novas indústrias para o Nordeste, as desigualdades não diminuiriam por completo, como seria a realidade da região em relação aos demais se nenhuma ação tivesse sido feita?

REFERÊNCIAS

AIVARGONZALEZ, Rafael. **O desenvolvimento do Nordeste Árido**. Fortaleza: Ministério do interior. Departamento de Obras Contra as Secas. Volume 1. Perfil do Nordeste Árido, 1984.

ALMEIDA, Franklin Ferreira de. **Desconcentração industrial: implicações na dinâmica da indústria nordestina no período de 1985/2000**. 2004. Dissertação (mestrado em economia) Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ANDRADE. Manuel Correia de. O Nordeste e a questão regional. Ed. Ática, 1988, São Paulo.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

_____. Nordeste, Nordestes, que Nordeste? In: AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento: federalismo no Brasil**. São Paulo: Fundap, 1995. p. 125-156.

ARAÚJO, Tania Bacelar de; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Desigualdades regionais e Nordeste em formação econômica no Brasil. In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **50 anos de formação econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p. 177-200.

ASN. Agência Sebrae de Notícias. **Vice de Lula diz que reforma tributária será tratada com prioridade**. Brasília, 31 out. 2002. Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=25430>>. Acesso em: 15 out. 2012.

BERGAMASCO, Cláudia. Bem no centro das atenções: Coteminas, do vice-presidente José Alencar, aposta em simplicidade e austeridade. **Pequena Empresas & Grandes Negócios**, n. 246, jul. 2009.

BRASIL, Patrick Moraes. **Política de Incentivos Governamentais da Paraíba: Implicações sobre o desenvolvimento industrial e geração de empregos (1988-2003)**. 2005. Dissertação (mestrado em economia) Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BRITO, Adriana Fernandes de e BONELLI, Regis. Políticas Industriais descentralizadas: as experiências europeias e as iniciativas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro: Ipea, v. 15, p. 163-214, 1997.

BRITO, Adriana Fernandes de; BONELLI, Regis. Políticas Industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas no Brasil. **Texto para Discussão nº 492**. Rio de Janeiro: Ipea, 1997.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **Da esperança à crise: a experiência de políticas regionais no Nordeste**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas-SP, 2001.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

_____. Furtado e a questão regional no Brasil In: TAVARES, Maria da Conceição. (org.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p. 93-120.

CABRAL, Alysson André Oliveira. **Emprego, incentivos fiscais e o programa de qualificação profissional na Paraíba**. 2001. Dissertação (mestrado em economia) Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CINEP. Companhia de Desenvolvimento da Paraíba. **Empresas beneficiárias do Fain**. Disponível em: <<http://www.cinep.pb.gov.br/site/>>. Acesso em: 26 maio 2012.

COHN, Amélia. **Crise e planejamento regional: o processo de criação da Sudene**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DA COSTA, José Marcelino Monteiro. Incentivos fiscales y desarrollo regional: la experiencia internacional. **EURE** [en línea], v. 20, n. 61, p. 77-98, 1994.

FIEP. Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. **Cadastro industrial da Paraíba**. Campina Grande: Fiep, 2011.

_____. **Perfil socioeconômico da Paraíba 2010**. Campina Grande: Fiep, 2010. Disponível em: <<http://www.fiepb.com.br/arquivos/Perfil-Socioeconomico2010.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1971.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1959.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2011.

_____. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais. **Contas regionais do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 maio 2012.

IDEME. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba. **PIB Regional 2009**. Disponível em: <http://www.ideme.pb.gov.br/index.php/component/docman/cat_view/66-pib/17-produto-interno-bruto-municipal.html>. Acesso em: 6 jun. 2012.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata Regional**. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 25 de abr. 2012.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: evolução recente dos mecanismos nacionais e estaduais – o caso do Nordeste**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Recife-PE, 2008.

LIMA, Damião de. **O Processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Campina Grande, 1996.

LYRA, Flávio Tavares de. A política industrial brasileira: mudanças e perspectivas. **Texto para discussão nº 413**, Rio de Janeiro: Ipea, 1996.

MARANHÃO, Silvio (Org.). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. O Nordeste nos anos 50 e do ano atual: um balanço crítico. In: MONTENEGRO, Rosilene Dias (Org.). **O Nordeste e seus desafios**. Campina Grande: EDUFCEG, 2009.

MOREIRA, Heródoto. O ideal de criação da Sudene continua vivo. **Jornal do Economista**, Recife: Corecon-PE, fev. 2000. Edição especial (Analisados os 40 anos de criação da Sudene).

MOREIRA, Ricardo. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MOURA, Sergio. **Sérgio Moura**: depoimento [3 jan. 2012]. Campina Grande, 2012. Entrevista concedida a Leonardo da Silva Alves.

MOUTINHO, Lúcia. Alcance da política de desenvolvimento industrial da Paraíba fora dos arranjos produtivos de Couro e Calçados de Patos, Campina Grande e João Pessoa. Recife. V ENCONTRO DE ECONOMISTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 5-7 nov. 2003. **Anais...** Disponível em <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 2011**. Disponível em: <www.mte.gov.br/rais/default.asp>. Acesso em: 10 jul. 2012.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba e a repressão no imediato pós-golpe. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais...** São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PARAÍBA. Decreto nº 17.252, de 27 de dezembro de 1994. Consolida e dá nova redação ao regulamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – Fain, e determina outras providências. João Pessoa, **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, 29 dez. 1994.

PARAÍBA. Decreto nº 4.457, de 13 de novembro de 1967. Institui o Fundo de Industrialização do estado da Paraíba (Fundesp), cria empresa de economia mista e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, 24 nov. 1967.

PARAÍBA. Decreto nº 2.881, de 6 de junho de 1962. Intitui o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fagrín) e determina outras providencias. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, 8 jun. 1967.

PARAÍBA. Decreto nº 4.856, de 29 de julho de 1986. Cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (Fain) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, 31 jul. 1986.

PIANCASTELLI, Marcelo e PEROBELLI, Fernando. ICMS: evolução recente e guerra fiscal. **IPEA Texto para Discussão nº 402**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking do IDH dos Municípios do Brasil 2003**. Brasília: Pnud, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003>. Acesso em: 14 out. 2011.

PRADO, Sérgio. A guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 13, p. 1-40, dez. 1999.

ROSSI, Magno. **Magno Rossi**: depoimento [17 jan. 2012]. João Pessoa, 2012. Entrevista concedida a Leonardo da Silva Alves.

SILVA, Jairo Bezerra. **As transformações do estado e suas implicações sobre as políticas públicas no Brasil**: O caso dos recursos hídricos. João Pessoa: Idéia, 2005.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco da. Campina Grande: Desenvolvimento histórico no século XX. In: OLIVEIRA, Roberta Vêras de (Org.). **Campina Grande em debate**: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEP; UFCG, 2009.

SOUSA, Luiz Gonzaga de. **Economia, política e sociedade**. 2006. Disponível em: <www.eumed.net/libros/2006a/lgs-eps>. Acesso em: 25 ago. 2012.

SUDENE. **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

TAVARES, Hermes Magalhães. **A questão regional no Brasil e a ação do estado**: 1930-1990. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA, 1., 2007, Montevidéo. Anais... Montevidéo: CLADHE, 5-7 dez. 2007.

_____. **Planejamento regional e mudança**: o projeto Furtado-JK para o Nordeste. Rio de Janeiro. HP Comunicação/UFRJ/IPPUR, 2004.

TORRES, José Valmi Oliveira; MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Escola politécnica**: construindo o imaginário de modernidade em Campina Grande através do Diário da Borborema. 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/torres-jose-construindo-o-imaginario-de-modernidade.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

VARSANO, Ricardo. **A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/html>>.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS

Nas entrevistas foi utilizado um questionário aberto composto inicialmente de 24 questões. No caso da N3 Computadores, surgiram outras questões e o número de perguntas chegou a 29.

N3 Computadores

A entrevista foi realizada no dia 3 de janeiro de 2012, às 9h30, na sede da indústria, localizada na Avenida João Wallig, no Distrito Industrial de Campina Grande com o Diretor Industrial, Sergio Moura, que está na empresa desde a instalação na cidade.

- 1 – Data de Instalação da Empresa em Campina Grande?
- 2 – Além de Campina Grande, quais outros locais a N3 tem empresas?
- 3 – A matriz antes era em Recife?
- 4 – Mão de obra da empresa ano a ano?
- 5 – Formação (escolaridade) da força de trabalho?
- 6 – Os montadores não precisam de formação?
- 7 – Exigiram alguma escolaridade?
- 8 – Percebi quando o aguardava muitas mulheres entrando no ambiente de trabalho. A mão de obra feminina é maior?
- 9 – Origem da força de trabalho. Campina Grande?
- 10 – Outra origem (especificar)?
- 11 – Relação/convênios com as universidades e escolas técnicas da cidade?
- 12 – Produtos da N3 produzia no ano de instalação em Campina Grande?
- 13 – Houve aumento no mix de produtos?
- 14 – Produção mensal ano a ano?
- 15 – Mercado dos produtos (vendas)?
- 16 – Vocês utilizam sempre a marca N3?
- 17 – Quais fatores influenciaram na decisão da empresa em se instalar em Campina Grande?
- 18 – Em relação a matéria-prima de onde ela vêm?
- 19 – Em termos logísticos, existe proximidade de fornecedores das peças e do mercado consumidor?

- 20 – Em relação aos incentivos fiscais, eles foram determinantes para a empresa se instalar em Campina Grande?
- 21 – Algum outro estado chegou a oferecer incentivos fiscais para a N3?
- 22 – Se sim, o que pesou a favor da Paraíba, em especial Campina Grande?
- 23 – Qual a sua opinião em relação aos incentivos fiscais, que é são tão discutidos atualmente?
- 24 – Qual a relação da empresa com o Parque Tecnológico de CG, visto que trata-se de uma empresa da área?
- 25 – Quantas empresas funcionam atualmente no Condomínio João
- 26 – Quais as áreas dessas empresas?
- 27 – A N3 tem empresas em outros estados e qual sua opinião sobre o parque industrial de Campina Grande?
- 28 – E em relação a cidade, o que o senhor poderia apontar de positivo e negativo?
- 29 – Voltando a falar sobre a N3, quais os projetos da empresa para os próximos anos?

Coteminas

A entrevista foi realizada com o Diretor Industrial das duas unidades da Coteminas na Paraíba, Magno Rossi, no dia 17 de janeiro de 2012, às 14h30, na sede da unidade de João Pessoa. O questionário constou de 24 perguntas.

- 1 – Data de Instalação da Empresa em Campina Grande?
- 2 – Mão de obra da empresa ano a ano?
- 3 – Formação (escolaridade) da força de trabalho?
- 6 – Relação/convênios com as universidades e escolas técnicas da cidade?
- 4 – Origem da força de trabalho. Campina Grande?
- 5 – Produtos da Coteminas produzia no ano de instalação em Campina Grande?
- 6 – Envia para outros estados?
- 7 – Houve aumento no mix de produtos?
- 8 – Produção mensal ano a ano?
- 9 – Mercado dos produtos (vendas)?
- 10 – Quais fatores influenciaram na decisão da empresa em se instalar em Campina Grande?
- 11 – Em relação aos incentivos fiscais, eles foram determinantes para a empresa se instalar em Campina Grande?

- 12 – Algum outro estado chegou a oferecer incentivos fiscais para a Coteminas?
- 13 – Que incentivos fiscais a empresa é beneficiária em Campina Grande?
- 14 – A empresa recebeu (recebe) utilizou alguma linha de financiamento do BNDES ou do BNB?
- 15 – Qual a sua opinião em relação aos incentivos fiscais, que é são tão discutidos atualmente?
- 16 – O tempo dos incentivos estaduais?
- 17 – E em relação ao 34/18, da Sudene, como a empresa é beneficiada?
- 18 – Em relação a matéria-prima de onde ela vêm?
- 19 – Em termos logísticos, existe proximidade de fornecedores e do mercado consumidor?
- 20 – A Coteminas tem empresas em outros estados e qual sua opinião sobre o parque industrial de Campina Grande?
- 21 – Voltando a falar sobre a Coteminas, quais os projetos da empresa para os próximos anos?
- 22 – Acrescenta algo?
- 23 – Sem o incentivo fica difícil competir?
- 24 – O senhor destacou a reconfiguração do espaço urbano na Alça Sudoeste, onde fica a Coteminas, e a perspectiva é de mais crescimento. Como o senhor analisa?

APÊNDICE B – EMPRESAS QUE RECEBEREM INCENTIVOS FISCAIS

Quadro 1 – Indústrias incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1961-1970

ANO	NOME DO ESTABELECIMENTO	PRODUTO	OBJETIVO DO PROJETO
1961	Casa Fracalanza	Cordas e fios de sisal	Implantação
1962	Cotonifício Campinense	Sacos de algodão	Ampliação e modernização
1963	Fracalanza	Sacos de algodão	Compra de equipamentos
1964	Cande	Tubos plásticos rígidos	Implantação
1965	Cande	-	Complementação
	Incopresa	Elementos vazados, ladrilhos hidráulicos, mourões de concreto armado etc.	Implantação
	Ilcasa	Leite pasteurizado	Implantação
	Sibral	Sisal	Equipamentos (modernização)
	Wallig Nordeste S.A.	Fogões a gás liquefeito	Implantação
1966	Cande	-	Reformulação financeira
	Fibrasa	Beneficiamento de sisal	Equipamentos (modernização)
	Ipelsa	Celulose e papel	Reformulação financeira
	Premol	Artefatos de concreto	Ampliação
	Wallig Nordeste S.A.	-	Reformulação financeira
1967	Bentonit União Nordeste S.A.	Beneficiamento de argila/bentonita (minerais não metálicos)	Implantação
	Artefatos Metalúrgicos Müller Nordeste S.A.	Utensílios domésticos, pias metálicas, painéis arquitetônicos etc.	Implantação
	Fertilizantes de Gampina Grande S.A.	Industrialização de lixo urbano	Implantação
	Bentonit União Nordeste S.A.	-	Ampliação
	Wallig Nordeste S.A.	-	Equipamentos (complementação)
1968	Arbame Mallory do Nordeste S.A.	Artigos elétricos e componentes eletrônicos	Implantação
	Frigrande	Tecidos comestíveis e subprodutos de bovinos e suínos	Implantação
1969	Bentonit União Nordeste S.A.	Beneficiamento de argila/bentonita (minerais não metálicos)	Aumento de colaboração financeira
	Besa	Placas esponjosas de borracha	Implantação
1970	Artefatos Müller Nordeste S.A.	Utensílios domésticos, pias metálicas, painéis arquitetônicos etc.	Equipamento (complementação)
	Cotonifício Campinense S.A.	Sacos de algodão	Atualização financeira
	Ilcasa	Beneficiamento de leite	Equipamentos complementares

Fonte: Sudene (2012).

Quadro 2 – Indústrias incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1971-1980

ANO	NOME DO ESTABELECIMENTO	PRODUTO	OBJETIVO DO PROJETO
1971	Bentonit Boa Vista (filial)	Minerais não metálicos e argilas bentoníticas	Modernização
	Artefatos Metalúrgicos Müller Nordeste S.A.	-	Colaboração financeira
	Wallig Nordeste S.A.	Fogões a gás liquefeito	Ampliação
1972	Cotonifício Campinense S.A.	Sacos de algodão	Complementação financeira
1973	Cande	Tubos plásticos rígidos	Ampliação
1975	Profusa Nordeste Ltda.	Óleos para fundição, resinas, tintas e cordão tapa-juntas	Implantação
	Ilcasa	Beneficiamento de leite	Ampliação
1976	Ipelsa	Celulose e papel	Ampliação
1977	Maquinor	Indústria mecânica	Implantação
1978	Arbame Mallory do Nordeste S.A.	Artigos elétricos e componentes eletrônicos	Ampliação
	Manoel Liano da Silva Ltda.	Indústria de peles, couros e similares	Ampliação
1979	Cande	Tubos plásticos	Ampliação
	Cande	Tubos plásticos	Modernização
	Mimonor	Utilidades domésticas	Implantação
1980	Bentonit União Nordeste S.A.	Beneficiamento de argila/bentonita.	Ampliação
	Comércio e Indústria Marques de Almeida S.A.	Produtos de algodão e fibras regionais	Complementação
	Dantas e Filhos	-	Complementação
	Empresa de Mineração Azevedo	Minerais não metálicos	Complementação
	Engarrafamento Caranguejo S.A.	Bebidas e refrigerantes	Complementação
	Engarrafamento Caranguejo S.A.	Bebidas e refrigerantes	Modernização
	Icial – Indústria e Comércio Irmãos Araújo Ltda.	Alimentos (doces e frutas em geral)	Complementação
	Icial – Indústria e Comércio Irmãos Araújo Ltda.	Alimentos (doces e frutas em geral)	Ampliação
	Indústria e Comércio Irmão Cabral Ltda.	Sabão e óleos vegetais	Modernização
	Indústria e Comércio Irmão Cabral Ltda.	Sabão e óleos vegetais	Modernização
	Indústria e Comércio José Carlos S.A.	Produtos alimentícios	Modernização
Indústria e Comércio José Carlos S.A.	Produtos alimentícios	Modernização	

Fonte: Sudene (2012).

Quadro 3 – Indústrias incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1981-1990 (continua)

ANO	NOME DO ESTABELECIMENTO	PRODUTO	OBJETIVO DO PROJETO
1981	Fazenda Reunidas Lagoa do Mato S.A.	Leite <i>in natura</i>	Reformulação técnica
	Engarramento Caraguejo S.A.	Aguardente de cana e refrigerantes	Complementação
	Indústria e Comércio José Carlos S.A.	Produtos alimentícios	Modernização
	Indústria Metalúrgica Silvana S.A.	Fabricação de ferrolhos, dobradiças, fechaduras etc.	Complementação
	Construtora Rodoarte Ltda.	Construção civil	Complementação
1982	Dantas e Filhos	-	Complementação
	Ipelsa – Ind. de Celulose e Papel da Paraíba S.A.)	Celulose e papel	Complementação
	Pedro Ribeiro Indústria de Fibras S.A.	Óleos vegetais	Complementação
	S.A. Indústria Têxtil de Campina Grande	Beneficiamento de algodão	Complementação
	S. Acyoly – Indústria de Calçados	Fabricação de calçados	Complementação
	Indústria Metalúrgica Silvana S.A.	Fabricação de ferrolhos, dobradiças, fechaduras etc.	Complementação
	Indústria e Comércio José Carlos S.A.	Produtos alimentícios	Complementação
1983	Construtora E. Cabral Ltda.	Construção civil	Complementação
	Produtos Elétricos Ultra-Som Ltda.	Materiais elétricos	Complementação
	Ipelsa – Ind. de Celulose e Papel da Paraíba S.A.	Celulose e papel	Complementação
	Indústria Metalúrgica Silvana S.A.	Fabricação de ferrolhos, dobradiças, fechaduras etc.	Complementação
	Icoma – Indústria e Comércio de Massas Alimentícias	Massas alimentícias	Complementação
1984	Indústria e Comércio José Carlos S.A.	Produtos alimentícios	Complementação
	Refinaria de Óleos Vegetais S.A.	Extração e refinação de óleos vegetais	Complementação
1985	Indústria Metalúrgica Silvana S.A.	Fabricação de ferrolhos, dobradiças, fechaduras etc.	Ampliação
1988	São Braz S.A.	Produção de alimentos	Instalação
1990	Epgraf – Equipe Editorial e Serviços Gráficos	Gráfica e editora	Ampliação
	Ipelsa – Ind. de Celulose e Papel da Paraíba S.A.	Celulose e papel	Ampliação
	João Jácome e Filhos Ltda.	-	Ampliação
	Pneumax Recondicionadora Ltda.	Recondicionamento de pneus	Ampliação
	Mibra Minérios Ltda.	Mineração	Ampliação
	Maria Rita Barbosa da Silva	Massas alimentícias	Instalação
	Supermix Concreto	Fabricação de concreto	Instalação
	Companhia Sisaleira do Cuité – Cosite	Produtos de sisal	Instalação
	Maria Cristina Gonçalves Leal		Instalação
	Panificadora Monte Castelo	Massas alimentícias	Ampliação
	Editora Gráfica Marcone	Gráfica e editora	Ampliação
	Movepe – Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	Fabricação de móveis	Instalação
	Panificadora Quebra Quilos	Massas alimentícias	Instalação
	J. Moura	Massas alimentícias	Instalação
	J. Moura	Massas alimentícias	Ampliação
	Led's Confecções	Roupas	Ampliação
	Art-Gráfica Stampa	Gráfica e editora	Instalação
	Panificadora Santa Luzia Ltda.	Massas alimentícias	Ampliação
	Compaco – Engenharia e Estruturas Metálicas	-	Instalação
	Dolomil – Dolomita Minérios Ltda.	Mineração	Ampliação
Termonor Artefatos Plásticos	Plásticos	Instalação	

Quadro 3 – Indústrias incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1981-1990(conclusão)

1990	Dublanor – Colagens Industriais	-	Instalação
	Cirne Confeccões	Confeccões	Instalação
	Edival Amorim Souza & Cia.	-	Ampliação
	M. Nunes & Cia. Ltda.	-	Ampliação
	Centtyped Ind. e Comércio de Calçados Ltda.	Calçados	Instalação
	Antenor Amaro Rodrigues	-	Ampliação
	Panificadora Monte Alegre	Massas alimentícias	Ampliação

Fonte: Sudene (2012).

Quadro 4 – Indústrias incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1991-2000 (continua)

ANO	NOME DO ESTABELECIMENTO	RAMO DE ATIVIDADE	OBJETIVO DO PROJETO
1991	Incomplast – Ind. Comércio de Máquinas e Embalagens Plásticas	Produtos de materiais plásticos	Instalação
	Serraria Vitória Ind. Comércio Ltda.	Madeira e mobiliário	Instalação
	Epil – Equip. de Proteção Industrial Ltda.	-	Instalação
	Mimonor Plásticos do Nordeste S.A.	Produtos de materiais plásticos	Ampliação
	Indústria de Produtos Metalúrgicos do Nordeste Ltda.	Metalúrgica	Ampliação
	Irricamp – Irrigação Campina Grande Ltda.	-	Instalação
	São Braz S.A. – Ind. e Com. de Alimentos	Produtos alimentares	Ampliação
	São Braz S.A. – Ind. e Com. de Alimentos	Produtos alimentares	Diversificação
	Ferticampe – Fertilizante de Campina Grande Ltda.	-	Instalação
	Panificadora Amigão Ltda.	Produtos alimentares	Instalação
	Panificadora São Cristóvão	Produtos alimentares	Instalação
	Q.T. Couros e Calçados	Calçados e artefatos de couro	Instalação
	Industrial Cirne Ltda.	-	Diversificação
	Limpar – Indústria e Comércio Ltda.	Química	Instalação
	Mineração Pedra Branca Ltda.	Minerais não metálicos	Instalação
	Indústria Metalúrgica Silvana Ltda.	Metalúrgica	Ampliação
	Metalparts Ind. Metalúrgica Ltda.	Metalúrgica	Instalação
	IBI – Ind. Bras. de Artefatos Injetados Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Instalação
	Cimel – Campina Grande Ind. Metalúrgica Ltda.	Metalúrgica	Instalação
	Ind. e Com. de Confecções Polo Ltda.	Confecções e artigos do vestuário	Instalação
Dijuan Ind. e Com. de Confecções Ltda.	Confecções e artigos do vestuário	Instalação	
1992	L N Araújo Barbosa	Calçados e artefatos do couro	Instalação
	Empresa de Mineração Bravo Ltda.	Minerais não metálicos	Ampliação
	Plainel – Plásticos Industriais do Nordeste Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Instalação
	Napy Charara Confecções	Confecções e artigos do vestuário	Instalação
	L Xavier Batista Ind. Com. e Transportes Ltda.	-	Instalação
	Cirne Confecções Ltda.	Confecções e artigos do vestuário	Diversificação
	Roseane Porto Artefatos de Couro Ltda.	Calçados e artefatos do couro	Instalação
	Raios de Sol Confecções Industriais Ltda.	Confecções e artigos do vestuário	Instalação
	Indústria de Calçados Jusceман	Calçados e artefatos do couro	Ampliação
	Indústria de Calçados Jusceман	Calçados e artefatos do couro	Diversificação
	Indústria de Calçados Jusceман	Calçados e artefatos do couro	Diversificação
	Fergel – Ferragens Zincadas Ind. e Com. Ltda.	Metalúrgica	Instalação
	Refinações de Milho Brasil Ltda.	Produtos alimentícios	Modernização total
	Refinações de Milho Brasil Ltda.	Produtos alimentícios	Diversificação
São Braz Ind. e Com. de Alimentos	Produtos alimentícios	Modernização total	

Quadro 4 – Indústrias incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 1991-2000(conclusão)

1993	Tecnoplast Indústria de Plásticos Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Instalação
	Confecções Patrícia Ltda.	Confecções e artigos do vestuário	Instalação
	Limpar – Ind. e Comércio Ltda.	Química	Instalação (retificação)
	Confecções Almeida Munizia	Confecções e artigos do vestuário	Instalação
	Index – Ind. e Com. de Prod. Escolares e Escritório	Madeira e mobiliário	Instalação
	Ind. e Com.de Móveis Beatriz Hamad Gomes Ltda.	Madeira e mobiliário	Ampliação
	Eletron – Ind. e Com. de Acumuladores Elétricos Ltda.	Materiais elétricos	Instalação
	Nattan Ind. e Com. de Confecções Ltda.	Confecções e artigos do vestuário	Instalação
1994	Emcasa – Empresa Campinense de Sacos Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Instalação
	Mibra – Minérios Ltda.	Minerais não metálicos	Ampliação
	Ipelsa – Ind. de Celulose e Papel da Paraíba S.A.	Celulose e papel	Diversificação
1995	D P Ind. e Com. de Confecções Ltda.	Confecções e artigos do vestuário	Instalação
	Maqnoia – Indústria de Máquinas Noia Ltda.	-	Instalação
	Felinto Indústria e Comércio Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Ampliação
	Irricamp – Irrigação Campina Grande Ltda.	-	Instalação
	M.T.C Têxtil Ltda.	Produtos têxteis	Instalação
	Sanry Ind. e Com. de Confecções Ltda.	Confecções e artigos do vestuário	Instalação
1996	Sanry Ind. e Com. de Confecções Ltda.	Confecções e artigos do vestuário	Instalação
	Light Infocon Tecnologia Ltda.	Programas para informática	Instalação
	Nogueira Indústria de Tubos	Produtos de materiais plásticos	Instalação
	Ind. e Com. de Calçados Cimar Ltda.	Calçados e artefatos de couro	Instalação
	Artecola – Nordeste S.A.	Produtos químicos	Ampliação
	Ind. de Produtos Metalúrgicos do Nordeste Ltda.	Metalúrgica	Ampliação
	São Paulo Alpargatas S.A.	Produtos de materiais plásticos	Ampliação
	Apel – Aplicações Eletrônicas Ltda.	Materiais elétricos	Diversificação
1997	Emanuel Colagens Industriais Ltda.	Produtos químicos	Instalação
	Poligran – Polimentos de Granitos do Brasil S.A.	-	Instalação
	Embratex – Empresa Brasileira de Fiação e Tecidos S.A. – Coteminas	Produtos têxteis	Instalação
1998	Pneumax Recondicionadora Ltda.	-	Ampliação
	Americanflex Indústrias Reunidas Ltda.	Colchões	Instalação
	Metalúrgica Silvana Ltda.	Metalúrgica	Modernização total
	Nogueira Indústria de Tubos Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Ampliação
1999	Indústria Nacional de Embalagens Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Instalação
	Cia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	Produtos têxteis	Transferência de Incentivo
	Fuji – Mármore e Granitos	-	Instalação
2000	-	-	-

Fonte: Sudene (2012).

Quadro 5 – Indústrias incentivadas pela Adene – Campina Grande – 2001-2006

ANO	EMPRESA	RAMO DE ATIVIDADE	OBJETIVO DO PROJETO
2002	PB Plac Paraíba Plásticos	Produtos de materiais plásticos	Modernização total
	Felinto Indústria e Comércio Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Diversificação
2003	Artecola NE S.A. Indústrias Químicas	Química	Modernização
	Emanuel Colagens Industriais	-	Ampliação (queimadas)
	Emanuel Colagens Industriais	-	Diversificação (queimadas)
	Ipelsa – Ind. Cel. e Papel da Paraíba	Celulose e papel	Modernização total
	Plasnog Indústria de Artefatos Plásticos Nogueira	Produtos de materiais plásticos	Implantação
	Termo PU – Poliuretanos Ltda.	-	-
2004	Metaltécnica Industrial Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Diversificação
	Campro Ind. Com. de Artigos de Proteção	Produtos têxteis	Instalação
	Cadersil Industrial Ltda.	Celulose e papel	Ampliação
	São Paulo Alpargatas S.A.	Calçados	Redução (37,5%)
	Felinto Indústria e Comércio Ltda.	Produtos de materiais plásticos	Modernização total
2005	Indústria Metalúrgica Silvana	Metalúrgica	Modernização total
2006	Coteminas S.A.	Produtos têxteis	Transferência (100%)
	Cadersil Industrial Ltda.	Celulose e papel	Retificação
	Hygiline Ind. e Com. de Produtos de Higiene	Fraldas infantis	Instalação
	Coteminas S.A.	Produtos têxteis	Modernização total
	Coteminas S.A.	Produtos têxteis	Modernização total

Fonte: Sudene (2012).

Quadro 6 – Indústrias incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 2007-2011 (continua)

ANO	NOME DO ESTABELECIMENTO	PRODUTO	OBJETIVO DO PROJETO
2007	Móveis Aiam Ind. e Com. Ltda.	Fabricação de móveis (guarda-roupas, cômodas, criados mudos e armários)	Instalação
	Móveis Aiam Ind. e Com. Ltda.	Fabricação de espumas (colchões, conjuntos boxes, blocos laminados, sofás e poltronas)	Instalação
	Cadersil Industrial Ltda	Fabricação de artefatos de papel (cadernos escolares e afins)	Modernização Total
	Bentonit União Nordeste Indústria e Comércio Ltda.	Extração e beneficiamento de bentonita	Enquadramento.
	Fenoplast Ind. e Com. de Embalagens Plásticas Ltda.	Fabricação de embalagens plásticas	Instalação
	Coteminas S.A.	Têxtil	AFRMM
	Cadersil Industrial Ltda	Papel e papelão	AFRMM
	Bentonit União Nordeste Ind. e Comércio Ltda.	Minerais não metálicos	AFRMM
2008	N3 Computadores Periféricos e Eletrônica Ltda	Informática	AFRMM
	N3 Computadores, Periféricos e Eletrônica Ltda.	Industrialização de microcomputadores e acessórios	Instalação
	Datasonic Indústria e Distribuição de Eletrônicos Ltda.	Fabricação de microcomputadores	Instalação
	N3 Computadores, Periféricos e Eletrônica Ltda.	Fabricação e computadores e acessórios (microcomputadores, <i>notebooks</i> , servidores e gabinetes)	Retificação
	Ilcasa – Ind. de Laticínios de Campina Grande S.A.	Produção de manteiga	Modernização total
	Ilcasa – Ind. de Laticínios de Campina Grande S.A.	Produção de leite pasteurizado	Modernização total
	Bentonit União Nordeste Indústria e Comércio Ltda.	Industrialização e beneficiamento de argilas bentoníferas	Enquadramento
	Americanflex Indústrias Reunidas Ltda.	Fabricação de artigos de colchoaria e de móveis	Modernização
2009	Borborema Energética S.A.	Produção de Energia	AFRMM
	Felinto Indústria e Comércio Ltda.	Fabricação de artefatos plásticos em geral	Modernização total
	N3 Computadores, Periféricos e Eletrônica Ltda.	Fabricação de microcomputadores e acessórios (microcomputadores, <i>notebooks</i> , servidores e gabinetes)	Instalação
	ASA Indústria e Comércio Ltda.	Produção de derivados do milho	Modernização total
2010	ASA Indústria e Comércio Ltda.	Produção de derivados de arroz	Diversificação
	São Paulo Alpargatas S.A.	Fabricação de sandálias havaianas	Modernização total
	Tess Indústria e Comércio Ltda.	Fabricação de calçados	Instalação

Quadro 6 – Indústrias incentivadas pela Sudene – Campina Grande – 2007-2011(conclusão)

2011	Cadersil Industrial Ltda.	Fabricação de artefatos de papel	Modernização total
	N3 Computadores, Periféricos e Eletrônica Ltda.	Fabricação de placas de circuito impresso para uso em equipamentos eletroeletrônicos e de informática	Diversificação
	Tess Indústria e Comércio Ltda.	Fabricação de calçados (sandálias Kenner)	Ampliação
	Santex – Santo Antônio Indústria Têxtil Ltda.	Fabricação de fios e tecidos	AFRMM
	Interblock Artefato de Cimento S.A.	Industrialização de pré-moldados.	AFRMM
	Granfugi – Indl., Coml., Import. e Export. de Mármore e Granitos Ltda.	Industrialização de mármore e granitos	AFRMM
	Ages Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Industrialização de computadores e microcomputadores	AFRMM

Fonte: Sudene (2012).

Quadro 7 – Empresas que receberam incentivos fiscais e encerraram atividades – Campina Grande – 1961-1997 (continua)

ANO	NOME DA EMPRESA	RAMO DE ATIVIDADE
1961	Casa Fracanza	Cordas e fios de sisal
1962	Cotonifício Campinense	Fabricação de produtos têxteis
1965	Incopresa	Elementos vazados, ladrilhos hidráulicos
	Sibral	Sisal
	Wallig Nordeste S.A.	Fogões
1966	Fibrasa	Beneficiamento de sisal
1967	Artefatos Metalúrgicos Müller Nordeste S.A.	Metalúrgica
	Fertilizantes de Gampina Grande S.A.	Industrialização de lixo urbano
1968	Arbame Mallory do Nordeste S.A.	Produtos elétricos e componentes eletrônicos
	Frigrande	Tecidos comestíveis e subprodutos de bovinos e suínos
1969	BESA	Placas esponjosas de borracha
1975	Profusa Nordeste Ltda.	Óleos para fundição, resinas, tintas e cordão tapa-juntas
1977	Maquinor	Indústria mecânica
1978	Manoel Liano da Silva Ltda.	Indústria de peles, couros e similares
1979	Mimonor	Utilidades domésticas
1980	Comércio e Indústria Marques de Almeida S.A.	Produtos de algodão e fibras regionais
	Dantas e Filhos	-
	Empresa de Mineração Azevedo	Minerais não metálicos
	Indústria e Comércio Irmão Cabral Ltda.	Sabão e óleos vegetais
	Indústria e Comércio José Carlos S.A.	Produtos alimentícios
1981	Fazenda Reunidas Lagoa do Mato S.A.	Leite in natura
	Construtora Rodoarte Ltda.	Construção civil
1982	Pedro Ribeiro Indústria de Fibras S.A.	Óleos vegetais
	S.A. Indústria Têxtil de Campina Grande	Produtos têxteis
	S. Acyoly – Indústria de Calçados	Calçados
1983	Construtora E. Cabral Ltda.	Construção civil
	Icoma – Indústria e Comércio de Massas Alimentícias	Produtos alimentícios
1988	São Braz S.A. – Transferiu-se para Cabedelo	Produtos alimentícios
1990	João Jácome e Filhos Ltda.	-
	Mibra Minérios Ltda.	Minerais não metálicos
	Companhia Sisaleira do Cuité – Cosite	Produtos de sisal
	Maria Cristina Gonçalves Leal	Produtos alimentícios
	Panificadora Quebra Quilos	Produtos alimentícios
	Led's Confecções	Confecções e artigos do vestuário
	Art-Gráfica Stampa	Gráfica
	Panificadora Santa Luzia Ltda.	Produtos alimentícios
	Compaco – Engenharia e Estruturas Metálicas	Metalúrgica
	Cirne Confecções	Confecções e artigos do vestuário
	Centtyped Ind. e Comércio de Calçados Ltda.	Calçados
	Antenor Amaro Rodrigues	-
	Serraria Vitória Ind. Comércio Ltda.	Fabricação de produtos de madeira

Quadro 7 – Empresas que receberam incentivos fiscais e encerraram atividades – Campina Grande – 1961-1997 (conclusão)

1991	Epil – Equip. de Proteção Industrial Ltda.	-
	Ferticampe – Fertilizante de Campina Grande Ltda.	-
	Panificadora Amigão Ltda.	Produtos alimentícios
	Q.T Couros e Calçados	Calçados
	Industrial Cirne Ltda.	-
	Mineração Pedra Branca Ltda.	Minerais não metálicos
	Metalparts Ind Metalúrgica Ltda.	Metalúrgica
	IBI – Ind. Bras. de Artefatos Injetados Ltda.	Produtos de materiais plásticos
	Ind. e Com. de Confecções Polo Ltda.	Confecções e artigos do vestuário
	Dijuan Ind. e Com. de Confecções Ltda.	Confecções e artigos do vestuário
	L N Araújo Barbosa	Calçados e artefatos do couro
1992	Napy Charara Confecções	Confecções e artigos do vestuário
	L Xavier Batista Ind. Com. E Transportes Ltda.	-
	Roseane Porto Artefatos de Couro Ltda.	Calçados e artefatos do couro
	Raios de Sol Confecções Industriais Ltda.	Confecções e artigos do vestuário
	Confecções Patrícia Ltda.	Confecções e artigos do vestuário
1993	Confecções Almeida Munizia	Confecções e artigos do vestuário
	Nattan Ind. e Com. de Confecções Ltda.	Confecções e artigos do vestuário
	D P Ind. e Com. de Confecções Ltda.	Confecções e artigos do vestuário
1995	Irricamp – Irrigação Campina Grande Ltda.	-
	M.T.C Têxtil Ltda.	Fabricação de produtos têxteis
	Nogueira Indústria de Tubos	Produtos de materiais plásticos
1997	Emanuel Colagens Industriais (transferiu-se para Queimadas-PB)	Produtos químicos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sudene (2012) e Fiep (2011).